

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA**

CAMINHOS URBANOS À DERIVA

Theo Soares de Lima
Porto Alegre
2011

L732 Lima, Theo Soares de
Caminhos urbanos à deriva. / Theo Soares de Lima. – Porto Alegre : UFRGS/PPGea, 2011.
66 f. il.

Trabalho de Conclusão do Curso de Geografia. – Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Instituto de Geociências. Porto Alegre, RS - BR, 2011.
Orientadora: Prof. Dr. Nelson Rego

1. Geografia Urbana. 2. Internacional Situacionista. 3. Teoria da Deriva. 4. Zona Autônoma Temporária. 5. Caminhar. I. Título.

CDU 911.375

Catálogo na Publicação
Biblioteca do Instituto de Geociências - UFRGS
Renata Cristina Grun CRB 10/1113

AGRADECIMENTOS

Por simbolizar o término do longo desenrolar de um Curso de Graduação, os agradecimentos referentes a esse trabalho não podem se restringir ao ano específico em que ele foi escrito, mas aos cinco anos (no meu caso) em que foram se construindo e se consolidando as minhas geograficidades.

Os primeiros, curiosamente, extrapolam essa margem do Curso, que é a minha família. Aos que me conceberam, e me criaram, os maiores agradecimentos: pais, vocês são minhas referências afetivas e intelectuais para a vida inteira e além. Como me disse o professor Ruy Carlos Ostermann, certa feita, “tu tá muito bem de pais”. Tio(a)s e primo(a)s, e avós: vocês, cada um ao seu modo, estão impressos na minha personalidade e nesse trabalho. Das suas diversidades formei as minhas especificidades, e lhes agradeço demais por cada uma delas.

Aos da época de colégio, vocês são a família que eu escolhi ter. Nossa história cresce com o passar do tempo e se amplia na imensidão do espaço, consolidam-se a cada dia as estórias antigas ao forjarem outras tantas novas. Minha condição de filho único conforta-se em vocês.

Aos da época de faculdade, vocês são a extensão desse conforto. Surgem em minha vida em um momento de transição, de grandes inquietações e incertezas. Vocês foram meu porto seguro sempre que precisei, sem nem sempre ter formulado um pedido explícito. As nossas grafias já desbravaram esse país e já cruzaram fronteiras, e ainda o farão muitas outras vezes. Nossos trabalhos de campo são a construção cotidiana.

Benzi, o que teria para te dizer, te digo não aqui, do alto do telhado, mas baixinho, sem aborrecer os passarinhos.

Hermanos que llevé hacia Buenos Aires, los que conocí allá y en la Argentina como un todo, ustedes hacen parte de un capítulo especial de estos años. Los llevo adentro. Cualquier cosa, cortamos la calle y tomamos la facultad.

À instituição Universidade Federal do Rio Grande do Sul, meus agradecimentos por ser o cenário da minha formação superior. Aos professores do Departamento de Geografia, obrigado por uma visão crítica e aberta, das concordâncias e discordâncias. Fica meia década de, essencialmente, vivências enriquecedoras.

À Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB; em especial à Seção Porto Alegre), à Confederação Nacional de Entidades Estudantis da Geografia (CONEEG), ao Diretório Acadêmico da Geografia (DAGE) e a todos os que ocupam e ocuparam esses espaços, obrigado pelas construções políticas e embates teóricos. Geografia é amor.

A todos os companheiros do Curso de Geografia da PUC-RS, minha gratidão por ampliarem ainda mais meu horizonte. Sintam-se abraçados, também, todos os de outros estados, em especial Santa Catarina, Paraná, São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro. Vocês me mostraram sotaques, hábitos e paisagens inesquecíveis.

Ao meu orientador, obrigado por acalmar minhas angústias, por ser sempre preciso e ponderado, por ter entendido e apaziguado minhas megalomanias. Tua genialidade me instiga a seguir em frente.

“Eu sou a consciência da paisagem que se pensa em mim.”

Paul Cézanne

RESUMO

A presente pesquisa surge a partir das inquietações que hoje permeiam a existência das cidades. Essas formas de agrupamento humano, reconstruídas historicamente, chegam ao Séc. XIX em crise, em uma conjuntura mundial onde a grande maioria da população está residindo nas relativamente pequenas áreas de superfície da Terra ocupadas pelas cidades. Essa crise reflete-se como uma crise social, econômica, ambiental. Na tentativa de dar conta de aspectos que dialogassem com esse complexo quadro que se tornou a vida urbana, realizou-se uma aproximação entre o movimento Internacional Situacionista (IS) e a Geografia (além de autores de outras áreas do conhecimento). Foi feita uma abordagem geral da IS, a partir da sua constituição e de seus aspectos mais históricos. Em seguida, foram explicitados e discutidos os conceitos e reflexões mais pertinentes desse movimento para a presente pesquisa. Primou-se o foco na denominada Teoria da Deriva (uma proposição de comportamento cotidiano e de estudo psicogeográfico da cidade) e no seu ato mais elementar, o caminhar. A atividade de Derivar foi abordada, ainda, como uma Zona Autônoma Temporária. Por último foram trazidas duas experiências de realização da Teoria da Deriva, uma experiência publicada pelos próprios situacionistas e uma vivenciada pelo autor desse trabalho.

Palavras-chave: Internacional Situacionista, Teoria da Deriva, Zona Autônoma Temporária, Geografia Urbana, Caminhar.

ABSTRACT

The present research emerges from the restless thoughts that permeate the existent of the cities today. These forms of human grouping, reconstructed historically, gets to the 21st Century in crisis, in a world conjuncture where the biggest amount of population are residing in the relative small areas of Earth's surface occupied by cities. This crisis reflects itself as a social, economical and ecological crisis. In the attempt to account for aspects that dialogue with this complex situation that is the urban life, an approximation was made, between the Situationist International (IS) movement and Geography (besides authors from others fields of knowledge). A general approach of the IS was made, starting from their constitution and more historical aspects. Following, where were explicit and debated the concepts and reflections more pertinent of this movement to the present research. The primed focus was the denominated Theory of the Derive (a proposition of a new daily behavior and a psychogeographic study) and its most elementary act, the walking. The activity of Deriving was yet approached as an Temporary Autonomous Zone. As last were brought two experiences of realization of the Theory of the Derive, one experience published by the situationists themselves and one lived by the author of this work.

Key-words: Situationist International, Theory of the Derive, Temporary Autonomous Zone, Urban Geography, Walk.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – The Naked City, de Guy Debord	42
Figura 2 - Fluxos internos e comunicações externas do Les Halles.	53
Figura 3 – derivAção: percurso comum e suas ramificações.....	55

SUMÁRIO

CAPÍTULO I – COMEÇANDO DO COMEÇO	10
1. Introdução	11
2. Objetivos	13
3. Justificativa.....	13
CAPÍTULO II - DORAVANTE, UM DERIVANTE!	15
4. A Internacional Situacionista	16
4.1. Concepções, definições e resgate teórico.	20
4.1.1. O Espetáculo.....	23
4.1.2. Urbanismo Unitário.....	29
5. Teoria da Deriva, uma Zona Autônoma Temporária.	34
5.1. Um conceito quase auto-explicativo	36
CAPÍTULO III – AMAR SE APRENDE AMANDO	40
6. Adentrando na cidade e suas grafias	41
6.1. A arte de Caminhar	44
7. Escalas: possibilidades proporcionais	46
8. Realização da vida cotidiana	49
9. Entradas de campo	51
9.1. Esboço psicogeográfico	51
9.2. derivAção	54
PARA NÃO CONCLUIR	57
REFERÊNCIAS	61
APÊNDICE – Narrativa de uma vivência derivante	64

CAPÍTULO I – COMEÇANDO DO COMEÇO

1. Introdução

“Seres incompletos possuem apenas o desejo, sem ter a reflexão; imaginam, mas não sabem absolutamente querer.” - Élisée Reclus

Quiçá seja precipitado dizer que vivemos, na atualidade, uma quebra de paradigma na forma de pensar e olhar o espaço urbano. Todavia, diversos caminhos vêm sendo traçados na forma de vê-lo e pensá-lo. Há opiniões pessimistas e otimistas, divinas e apocalípticas. Assim, parece ser mais realista preocupar-se em refletir e desvendar os presentes problemas e atender as demandas que surgem desses problemas do que devanear sobre panoramas futuros.

A história recente das sociedades mostra que a migração em nível global ocorre, basicamente, em um sentido: do campo para a cidade. Deste modo, a questão urbana, no seu significado mais amplo, tende a ser a grande pergunta no século XIX para as ditas ciências humanas. A Geografia Urbana não é um enfoque novo e ao longo de toda sua existência tem se tornado cada vez mais complexa, conforme os próprios processos urbanos obrigaram-na a isso.

Fazer essas afirmações não supõe um abandono das outras ramificações como a Geografia Agrária (às vezes erroneamente entendida como antônima à Urbana). Basta lembrarmos que a Geografia não é a soma das subdivisões por área, mas sua interligação. Levantar este questionamento também não supõe uma resposta objetiva e satisfatória para algo tão difícil com apenas uma pesquisa, mas se pretende, ao menos, colaborar com o quadro de referências que, ao poucos, possam sustentar tal complexidade.

A análise a que se propõe esse trabalho busca enxergar a cidade a partir das suas “artérias”, ou seja, a partir das vias de circulação que a compõe: as ruas. Jacobs (2009, p. 29) lembra que “se as ruas de uma cidade parecerem interessantes, a cidade parecerá interessante; se elas parecerem monótonas, a cidade parecerá monótona” .

Já a análise, à escala da rua, revela-se como uma faceta importante a ser considerada dentro desse trabalho visto que a rua faz parte do complexo sistema que (de)forma a cidade. Uma vez que são realizadas análises da cidade como um todo, ou mesmo como uma parte de outro todo (a cidade em relação ao estado), cabe indagar porque não analisar a rua e suas calçadas, os prédios e

as casas, tanto como parte desse todo (relativo), tanto como ela própria, a rua, uma totalidade.

Trazer a discussão para esse âmbito (ao invés de estudar a cidade a partir “de cima”, com uma mirada mais distante) requer, pois, que se coloque em prática a antiga atividade de caminhar. Seguramente essa não é a única alternativa de se locomover pela cidade (pode-se circular em ônibus, carros, bicicletas), todavia, optou-se por essa prática por diversas razões a serem melhores explicitadas com o decorrer do que aqui consta escrito.

Espera-se que com esse trabalho seja possível ampliar o debate acerca de uma questão tão contundente quanto é a cidade, o urbano, seus habitantes e os processos decorrentes dessas interações. Reforçando, ao fim e ao cabo, que “as cidades existem sob uma infinidade de maneiras” (CLARK, 1991, p. 59), e que sob as mais diversas maneiras ela deve ser apreendida. Ressaltando, por conseguinte, a importância da apropriação do meio urbano por parte de seu habitante (enquanto cidadão, um ser indissolúvelmente político).

Dentro desse leque de possibilidades, focar-se-á na Internacional Situacionista, criada em Julho de 1957, que propunha uma discussão crítica em relação ao ordenamento pré-concebido das formas urbanas. Os situacionistas almejavam uma cidade menos tediosa, que proporcionasse as mais diversas sensações. Essas sensações, por sua vez, eram buscadas através do método que eles denominavam Deriva (IS, 2003b [1958], p. 65).

A partir das suas reflexões teóricas e proposições práticas, deduz-se que as ruas da cidade (não individualmente, mas enquanto conjunto) tornam-se plano primeiro de desvendamento. Ao final desse trabalho, ter-se-á percorrido, pelo menos, um dos caminhos possíveis para tal.

Mais do que qualquer outra questão, deseja-se pretensiosamente, sendo esse um Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), que ele mexa com corações e mentes¹, e que expresse uma visão pessoal de Geografia construída ao longo de cinco anos de curso, que culmina, é claro, nesse momento.

1 “Nenhuma revolução social pode triunfar se não for precedida por uma revolução nas mentes e nos corações do povo” – Piotr Kropotkin

2. Objetivos

“Aparece como uma espécie de consenso, a crise da cidade.” – Amélia Damiani

Genericamente pretende-se investigar como o espaço urbano pode ser apreendido do ponto de vista da rua, através de uma aproximação entre conceitos e reflexões (não necessariamente restritos) da Geografia, como produção do espaço, lugar, escalas e mapas mentais, e a práxis do movimento Internacional Situacionista (IS). Almeja-se realizar essa aproximação através de uma explanação sobre a história desse movimento e seus fundamentos mais essenciais, em termos de concepções e definições, um resgate teórico, enfim. Em um plano mais específico abordar-se-á a Teoria da Deriva situacionista (uma proposição de comportamento cotidiano e de estudo psicogeográfico da cidade) nas suas possíveis relações como Zona Autônoma Temporária, uma noção elaborada por Hakim Bey (2011). Ocupando uma posição básica como ato humano, buscar-se-á, também, aprofundar a noção do caminhar como simples ato mecânico, para que seja possível trazer novos elementos aos propósitos situacionistas. Compondendo as especificidades pretendidas cabe, ainda, colocar a abordagem de duas experiências, uma para cada aspecto da Teoria da Deriva, não exatamente como estudos de caso, mas como referências práticas mais palpáveis para a reflexão teórica.

3. Justificativa

“O que transforma o velho no novo bendito fruto do povo será.” - Belchior

As cidades são uma realidade crescente na história humana. Desde que surgem como marcos na paisagem, diferentes cidades tiveram diferentes funções, algumas industriais, outras militares, e assim por diante. A grande questão colocada aqui não diz respeito a refletir sobre tais aspectos de surgimento mais do que diz respeito ao futuro de tais estruturas.

Em tempos de grandes preocupações ecológicas, a poluição gerada pelas cidades (através de massivos meios de transporte movidos a combustíveis fósseis, grandes pólos industriais, largas demandas de energia, doméstica e em

âmbito de trabalho, para citar alguns exemplos) coloca em xeque a existência da mesma, tanto em termos de permanência como em termos de mudança. Alguns alegam que a trajetória humana deve ser direcionada, daqui para frente, para o retorno ao campo, contrariando o histórico êxodo rural mundial. Outros defendem o papel a ser desenvolvido pelas cidades médias, importantes para “desafogar” a concentração populacional das metrópoles.

Independente do paradigma adotado nesse sentido, a “sobrevivência” das aglomerações urbanas está ligada as mudanças originadas dentro delas mesmas. Manter a lógica existente hoje, de planejamentos e gestão em macro escala, com pequena (ou nenhuma) participação direta da população, e muitas vezes de atitudes imediatistas, contribui apenas parcialmente para gerir os problemas apresentados, seja em uma metrópole, seja em uma cidade média.

Trabalhos, então, que busquem respostas diferentes das visualizadas através da lógica macroescalar (como, por exemplo, o compartimento do uso do solo pelos Planos Diretores), tornam-se importantes para o avanço da crítica. A presente pesquisa justifica-se pelo caráter alternativo de análise, a partir de uma escala de grande detalhamento, dando um enfoque no circular pela cidade caminhando, uma forma lenta de locomoção que abre possibilidades de maior tempo à percepção, e, portanto, mais intensa apreensão da paisagem.

Cada habitante da cidade percebe-a de forma diferente, assim como cada indivíduo percebe o mundo à sua maneira, e é através dessa internalização que cada um define seu comportamento, constantemente transformando o espaço, que constantemente transforma os indivíduos. Favorecer uma sensação topofílica dos habitantes das cidades com ela mesma significaria, por conseguinte, favorecer uma transformação harmônica do espaço, colaborando para respostas adequadas às presentes demandas. Assim:

A única conduta experimental válida fundamenta-se na crítica exata das condições existentes, e em sua superação deliberada. Cabe deixar claro que não se pode considerar criação aquilo que é mera expressão pessoal no âmbito de meios criados por outrem. Criar não é arrumar objetos e formas, mas é inventar novas leis a respeito desse arranjo (DEBORD, 2003 [1957], p. 54).

CAPÍTULO II - DORAVANTE, UM DERIVANTE!

4. A Internacional Situacionista

“Sejam realistas, exijam o impossível.” - frase situacionista espalhada pelos muros de Paris em Maio de 68

Antes de adentrar no que mais concerne a essa pesquisa, a práxis situacionista, parece de extrema relevância contextualizar o Movimento em si. Seu surgimento, seus integrantes, suas propostas. Partir das teorias e práticas sem fazer menção aos sujeitos por trás disso seria como começar pelo fim.

A criação do grupo Internacional Situacionista (abreviado daqui em diante como IS) remete a outros movimentos anteriores a ele, o que lhe confere um aspecto bastante interessante. Os fundadores da IS faziam parte de diversos grupos essencialmente questionadores da cultura, enquanto forma de realização e enquanto função social. Por essa razão é que a IS surgirá com um cunho muito mais artístico do que político, ainda que esse quadro praticamente inverta-se com o passar dos anos e, mais do que isso, consiga se equilibrar, através de uma crítica artisticamente política.

A Internacional Situacionista foi criada em julho de 1957, em Cosio d'Arroscia, na Itália, a partir da fusão de três grupos: a Internacional Letrista (de onde veio Debord e Michèle Bernstein), o Movimento Internacional por uma Bauhaus Imaginista (de onde vinha, entre outros, os artistas Pinot-Gallizio e Asger Jorn, este integrante também do grupo COBRA) e a Associação Psicogeográfica de Londres (que foi criada no próprio encontro em Cosio d'Arroscia e se resumia a um só integrante, Ralph Rumney). Era um grupo pequeno no início e sempre ficou assim. Teve, ao longo de seus 12 anos de existência, um total de 70 integrantes (63 homens e 7 mulheres), de 16 nacionalidades diferentes (BADERNA, 2002, p. 12-13).

Brevemente relatar-se-á acerca da Internacional Letrista (IL), que tem uma importância capital na formação da IS, em especial se comparada aos outros movimentos². Como destacado, é dela que veio o grande nome (não necessariamente a mente mais brilhante, mas a que ficou mais famosa) situacionista, Guy-Ernest Debord.

² Para um histórico detalhado de tais movimentos ver Assalto à Cultura: utopia subversão guerrilha na (anti) arte do século XX, de Stewart Home (São Paulo, Conrad Editora, 2004).

O mais interessante na retomada desses grupos prévios a IS é poder enxergar o acúmulo e o amadurecimento de diversas discussões que acabaram por influenciá-la.

A IL, por sua vez, é uma decorrência do Movimento Letrista (ML), do romeno Isidore Isou, fundador da chamada *hipergrafologia*, uma reorganização disciplinar feita por ele próprio, “a partir das ciências da linguagem e do signo” (HOME, 2004, p. 32). Debord e outros integrantes rompem com Isou e acabam por formar a IL, de qual já fazia parte a também situacionista Michèle Bernstein.

Enquanto o Movimento Letrista havia criado trabalhos culturais, a Internacional Letrista pretendia “vivenciar” a revolução cultural. As atividades da IL pretendiam ser provisórias, objetos de experimento e transformação. Enquanto abandonava as empreitadas literárias do ML, a IL buscava certas teorias arquitetônicas que tinham alcançado formulação embrionária no ML (HOME, 2004, p. 33-34).

Um dos textos mais importantes da IL, em especial no que diz respeito à arquitetura e ao urbanismo, só foi publicado no primeiro número da revista situacionista de nome homônimo, *Internationale Situationiste*. O “Formulário para um novo urbanismo”³, de Gilles Ivan (pseudônimo de Ivan Chtcheglov), trouxe uma visão romântica no modo de tratar a cidade e o urbano (herança, por exemplo, de Charles Baudelaire), que permanecerá enraizada ao longo dos anos subseqüentes, em ambos grupos.

Outra “coincidência” entre os textos e as publicações dos dois grupos foi a revista letrista *Potlach* (nome de cerimônias festivas de indígenas do nordeste dos EUA) ter tido sua última edição impressa já pelos situacionistas, em 1957.

Alem disso, é por influência desse texto que surgirá um dos conceitos mais difundidos da IL, a *psicogeografia*, termo que acabará por ser a base da formulação letrista para a peculiar proposta de *urbanismo unitário*. Por comportar alguns dos mesmos membros a IS apropriar-se-á de tais conceitos levando-os adiante, ou talvez nem tanto...

As teorias da IL e seus resultados, inclusive a muito comentada “construção de situações”, nunca avançaram além da linha elaborada por Chtcheglov [...]. De forma parecida, os vários jogos e exercícios

3 Também encontrado com o nome de “Fórmula para uma nova cidade” e “Programa para um novo urbanismo”.

psicogeográficos, embora bem-humorados, não produziram os tipos de dados pelos quais uma *pesquisa científica séria* pudesse se desenvolver – apesar do *clamor* e do *alvoroço* que a IL levantava ao redor de seus resultados experimentais (HOME, 2004, p. 36-37).

Apesar de a crítica feita por Home (2004) ser válida, não se pode perder de vista que a IL, e conseqüentemente a IS, nunca tiveram como objetivo desenvolver uma pesquisa de cunho acadêmico. A recorrente utilização da definição “experimental” nos escritos letristas e situacionistas serve, basicamente, como uma ressalva a isso. Ao mesmo tempo, o caráter experimental não pode, tal qual a crítica feita anteriormente, deslegitimar o contundente pensamento contestatório dos situacionistas. Se suas pesquisas não foram “cientificamente sérias”, as pesquisas em decorrência dela que o sejam, se assim entenderem que devem ser. Cabe a quem faz a (re)leitura torná-la o que acredita que as precedências não foram, caso contrário permanecerá a crítica pela crítica⁴.

No ano de fundação da IS, até o ano seguinte, Guy Debord participa de um curso de sociologia em Nanterre, sob a condução de Henri Lefebvre, de quem se tornou grande amigo.

Lefebvre foi quem apresentou as possibilidades vivas do marxismo para Debord e os situacionistas. [...] Foi também Lefebvre quem apresentou o jovem poeta belga Raoul Vaneigem ao grupo. Em pouco tempo Vaneigem tornou-se o outro principal nome da IS, junto com Debord (BADERNA, 2002, p. 18).

Outra influência política considerável que permeou a IS foi o grupo Socialismo ou Barbárie, de 1957, do qual fazia parte, dentre outros, o pensador Cornelius Castoriadis. O próprio Debord chegou a fazer parte do S. ou B., todavia, apenas por um breve período, aquém disso a IS rompe com o grupo de forma não muito amigável (como todos os rompimentos, praticamente, da IS ao longo de sua existência), mas mesmo assim suas idéias permaneceram presentes nas concepções políticas dos situacionistas.

Os rompimentos da IS com outros movimentos sociais e, em especial, com diversos indivíduos (45 pessoas, do total de 70 membros, da IS foram expulsas ao longo dos anos) possui mais de uma visão de análise e de “julgamento”. Não é

4 A discussão em relação ao que seja uma pesquisa científica séria é algo a ser aprofundado, visto que os entendimentos ontológicos acerca da ciência são múltiplos. Todavia, essa discussão é impossível de ser realizada nesse TCC.

segredo que Debord tivesse uma personalidade um tanto quanto autoritária, e Home (2004) expõe isso de forma bastante completa, e em alguns pontos, até incisivamente demais.

Independente das questões de personalidade que envolve qualquer agrupamento humano, o fato é que grande parte das expulsões ocorrem no ano de 1960 e 1961, marco da transformação interna da própria IS. Nesses anos sai o grande conjunto de artistas que pertenciam à Internacional, que possuía um caráter mais artístico na sua “primeira metade” de existência. O caráter político viria a surgir a partir dessa dissolução (com o ingresso, por exemplo, de Raoul Vaneigem). Inclusive Jörgen Nash, irmão de Asger Jorn (o único a sair da IS de forma tranqüila e que permaneceria amigo de Debord até o fim de sua vida, além de sustentador financeiro do grupo pela venda de seus quadros, mesmo depois de sua saída), em função desse rompimento, funda a 2ª IS, que manteria os idéias iniciais, por assim dizer, dos situacionistas⁵.

Após esse crítico rompimento são publicadas as obras seminais situacionistas. Os textos que decorrem da separação exposta possuem diversos intuitos, entre eles o de sistematizar o pensamento situacionista, enquanto rejeitavam qualquer “situacionismo” (BADERNA, 2002, p. 20). Em 1962 e 1963, publicado em duas partes, é divulgado *Banalidades Básicas*, de Vaneigem, como que anunciando esses momentos porvir. No ano de 1966, com tiragem de 10 mil cópias, é lançado o mais divulgado texto situacionista (já tendo sido traduzido para 11 línguas), *A Miséria do Movimento Estudantil*⁶, não assinado diretamente por nenhum membro da IS, mas escrito por Mustapha Khayati e revisado por Debord. Ainda em 1966 é publicado *O declínio e a queda da Economia Espetacular Mercantil*, atribuído à Debord. Ao final de 1967, praticamente juntos, são lançadas as grandes obras literárias situacionistas, de autoria de seus dois mais consideráveis expoentes teóricos: *A Sociedade do Espetáculo*, de Guy-Ernest Debord, e *A Arte de Viver para as Novas Gerações*, de Raoul Vaneigem. “No ano seguinte dá-se início a grande ‘obra de arte’ situacionista” (BADERNA, 2002, p. 22), o momento em que eles extrapolam seus próprios muros e tomam parte de uma transformação social

5 A 2ª IS não será abordada aqui por uma questão de prioridades, independente de sua importância histórica, teórica, artística, política, enfim.

6 Esse texto, assim como o planejamento de divulgação, foi feito sob encomenda para um diretório estudantil da Universidade de Strasbourg, e acabou se espalhando amplamente pelas outras universidades francesas.

mais ampla. Participação, é importante ressaltar, geralmente exagerada pelos próprios situacionistas, e por alguns de seus leitores, como a própria Baderna (2002)⁷.

4.1. Concepções, definições e resgate teórico.

“Please understand, I never had a secret chart to get me to the heart of this, or any other matter.” - Leonard Cohen

Na apresentação do livro organizado por ela mesma, Jacques (2003) começa perguntando ao leitor que importância pode ter um grupo que se dissolveu a quase quatro décadas⁸ e que data de mais de meio século. A resposta, dada pela própria, não pode ser mais clara:

Talvez simplesmente como provocação diante de uma triste constatação: a quase completa ausência de paixão – proposta e vivida pelos situacionistas – na vida e no pensamento urbanos contemporâneos (JACQUES, 2003, p. 13).

O desmembramento dessa constatação acima parece possibilitar diversas reflexões importantes a serem feitas. A paixão, “proposta e vivida pelos situacionistas”, é uma questão central de todo o desenrolar da presente discussão, por duas razões capitais: a) o envolvimento afetivo com a cidade permeará, sempre, o binômio psicogeografia-deriva; b) a idéia de práxis (de que realizaram suas propostas) permite um gancho necessário para embasar a validade de retomada do movimento, ao contrário do que coloca Home, que enxerga que “a formação da IS não marcou efetivamente nenhum avanço em relação ao Letrismo” (HOME, 2004, p. 37). Somente o fato de a IS ser incomparavelmente mais conhecida/divulgada já é um avanço por si só, sem falar o quanto perduraram suas publicações (coletivas e, principalmente, individuais) frente às letristas.

Por outro lado a refutação, e até mesmo a desqualificação, de determinados movimentos, e também de pensadores individualmente, parece correntemente recair em uma argumentação do não acontecimento, como se isso pudesse, simplesmente, desqualificar toda uma construção teórica.

7 Para um exemplo da discussão acerca da importância dos situacionistas nesses eventos ver Maio de 68: os anarquistas e a revolução da juventude, de Maurice Joyeux *et al.* (São Paulo, Ed. Imaginário : Faísca, 2008).

8 A dissolução da IS é auto-proclamada em 1972.

Um exemplo típico de pergunta nesse sentido é: se nunca existiu uma cidade situacionista, “se não deu certo”, por que dizer que retomá-los é válido? Uma mudança de escala na pergunta abre a brecha para refutar tal questão visto que os situacionistas (e seguramente não somente eles) propuseram e *viveram*, ainda que em um âmbito relativamente restrito, a paixão sobre a qual discorriam. Mais do que isso, uma diferente visão escalar pode vir a evidenciar, também, que o foco, para o movimento, *deixou* de ser a construção de uma cidade situacionista, sob seus preceitos, pois “à medida que os situacionistas afinavam as suas experiências urbanas, eles abandonaram a idéia de propor cidades reais e passaram a crítica feroz contra o urbanismo e o planejamento em geral” (JACQUES, 2003, p. 19).

É interessante observar que a decisão de mudança de foco, por assim dizer, vai ao âmago do que se tornou o pensamento situacionista e do que se tornaram eles próprios, ou seja, tal decisão foi um avanço paradigmático. Uma crítica às cidades pré-definidas, portanto, não poderia ela própria, a crítica, conceber uma cidade. Equivaleria a criticar um pensamento dicotômico dicotomicamente, ou seja, através de seus pontos negativos e positivos.

Para, de fato, existir uma cidade situacionista seria preciso, antes, que os habitantes dessa cidade se tornassem ativos nessa construção. Logo, seria preciso que deixasse de existir a relação do espectador, que enxerga os acontecimentos à sua frente, mas dos quais não toma parte. Os situacionistas perceberam então que não seria possível propor uma forma de cidade pré-definida, pois, segundo suas próprias idéias, “esta forma dependia da vontade de cada um e de todos” (JACQUES, 2003, p. 19).

A discordância ocorrida entre Constant e Debord, dentro do movimento situacionista, quando da tentativa de Constant em divulgar o que ele chamou de Nova Babilônia, sua utopia pessoal, deixa clara a posição da IS.

Essas reflexões, por sua vez, do ponto de vista dos habitantes, levam invariavelmente a pensar em comportamentos, seja em relação aos comportamentos individuais ou aos comportamentos coletivos. Que aspectos definir como comuns nos comportamentos, ou seja, que características se repetem no cotidiano dos cidadãos? Por que “essa” e não “aquela” rua revela-se interessante para percorrermos? Há um padrão, ou vários padrões, nessas decisões? Seguramente há diferentes e diversas ânsias de apropriação em relação aos espaços urbanos, cabe desvendá-las.

Os desvendamentos dos questionamentos acima referidos remetem ao item “a”, sobre o binômio psicogeografia-deriva e a relação afetiva com a cidade. Não há como discutir acerca dos comportamentos dos habitantes urbanos, partindo da perspectiva das travessias a pé, sem ter em consideração sua afeição ao longo dessas travessias.

Assim, as ponderações situacionistas a propósito da vida cotidiana são essencialmente complexas, envolvendo uma gama de aspectos a serem considerados. As relações de afeto não são independentes das relações políticas para com a urbe, elas se implicam, reforçando-se, refutando-se, transformando-se. É improvável que haja uma apropriação política do espaço urbano sem que haja um interesse dos sujeitos que o produzem.

No entendimento da IS a relação de pertencimento dos sujeitos com o ambiente em que vivem é um imperativo para sua participação política e para uma transformação social futura. Uma das possibilidades que surgem para a fomentação das relações de pertencimento, já que não se espera um surgimento espontâneo das mesmas, foi a proposição de *jogos* – “experimentação permanente de novidades lúdicas” (IS, 2003a [1958], p. 61) , entendimento desenvolvido segundo os propósitos situacionistas (com base em Johan Huizinga, autor de *Homo Ludens*), ainda que de forma embrionária, tal qual fizeram com a maior parte dos conceitos que utilizavam.

Um dos grandes motes da proposição de jogos é que esse é um conceito transversal dentro do pensamento situacionista, pois a prática da Deriva, por exemplo, é permeada por esse entendimento de jogo, desprendido de seu aspecto competitivo, direcionado para um sentido de construção coletiva.

A vivência de uma cidade situacionista, por conseguinte, depende da vivência dos próprios cidadãos, da sua luta contra a alienação espetacular da vida: o cidadão desprendido de sua característica política, tornado um consumidor, que possui sentimentos que vão pouco, ou nada, além do desejo de adquirir bens em geral. “Quanto mais sua vida se torna seu produto, tanto mais ele se separa da vida” (DEBORD, 1997, p. 25)⁹.

9 A cidade, hoje, ainda parece estar muito mais adequada à descrição de Ferreira Gullar, em *Improvisado Ordinário Sobre a Cidade Maravilhosa* (Na vertigem do dia, Ed. Civilização brasileira, 1980).

Destinado sempre a receber um salário inferior ao valor da mercadoria que ele próprio produziu, esse mesmo trabalhador é incentivado, constantemente, a adquiri-la, desde o momento em que a está produzindo até o momento em que o “seu” produto lhe é (re)transmitido pela TV, e além. Pela óbvia questão salarial, tal mercadoria está aquém do poder aquisitivo de seu produtor. “Assim, deve se compreender a função social da alienação como *condição de sobrevivência* neste contexto social” (VANEIGEM, 2002b [1962-63], p. 80). Suas reais ilusões atraem sua atenção ao deixar de possuir o que produz, o desejo é criado pela separação. É como perder o que nunca se teve e seguir buscando o que não é possível de ser encontrado.

A capacidade de consumir muito e a um ritmo acelerado, trocando de carro, álcool, casa, som, namorada, indica a partir de agora o grau de poder na escala hierárquica a que cada um pode aspirar. [...] O poder aquisitivo é a licença de aquisição do poder (VANEIGEM, 2002a, p. 80).

4.1.1. O Espetáculo

“Se eu tivesse mais alma para dar eu daria, isto para mim é viver.” – Caetano Veloso

As duas obras seminais do movimento situacionista, como já destacado, são *A Sociedade do Espetáculo* e *A Arte de Viver para as Novas Gerações*. Cada um apresenta suas peculiaridades na construção do que é a sociedade espetacular e como ela se revela para o mundo. A grande diferença parece residir no tipo de argumentação de cada obra.

Enquanto Debord tenta realizar definições do que seria o Espetáculo propriamente dito e, conseqüentemente, de como ele permeia a sociedade sobre e

e que come o que compra
e pra comprar se vende.
Uma cidade, como a nossa, é
um labirinto de arranha-céus e transações financeiras,
um mercado de brancos
(de negros, de mulatos,
de malucos)
uma multiplicada Rua do Valongo.
Vendem-se frutas, carnes congeladas,
Vendem-se couves, conas, inspiradas
canções de amor, poemas, vendem-se jornadas
inteiras de vida,
noites de sono, vende-se até o futuro
e a morte
às companhias de seguro.

através da qual se realiza, Vaneigem faz uma construção de cunho mais histórico acerca da sociedade espetacular. A passagem do mundo unitário, regido pelo mito, ao mundo fragmentado, regido pelo espetáculo.

Todavia, entendê-los como construções separadas não é a melhor maneira de compreender ambas as perspectivas e, mais do que isso, não é a melhor forma para se explicar qual, afinal, são as concepções situacionistas de espetáculo, alienação e suas reciprocidades, espetáculo alienante e alienação espetacular.

Uma das contribuições mais interessantes que se deve realçar em Debord (1997) são os múltiplos entendimentos do que possa vir a ser o Espetáculo, ou seja, perceber que não se pode “precisar precisamente” algo que se apresenta simultaneamente através de diversas características.

O espetáculo apresenta-se ao mesmo tempo como a própria sociedade, como uma parte da sociedade e como *instrumento de unificação*. Como parte da sociedade, ele é expressamente o setor que concentra todo o olhar e toda a consciência. Pelo fato de esse setor estar *separado*, ele é o lugar do olhar iludido e da falsa consciência; a unificação que realiza é tão-somente a linguagem oficial da separação generalizada. [...] Considerado em sua totalidade, o espetáculo é ao mesmo tempo o resultado e o projeto do modo de produção existente. Não é um suplemento do mundo real, uma decoração que lhe é acrescentada. É o âmago do irrealismo da sociedade real. Sob todas suas formas particulares - informação ou propaganda, publicidade ou consumo direto de divertimentos -, o espetáculo constitui o *modelo* atual da vida dominante na sociedade (DEBORD, 1997, p. 14).

Por ser marcado por essa diversidade, o Espetáculo torna-se impossível de ser compreendido simplificadaamente. Mais de uma afirmação poderia ser feita a respeito do que ele é e todas estarem corretas, sem que necessariamente (re)passem a mesma ideia. Ele é ao mesmo tempo “projeto e resultado”, uma dupla existência que sob certa ótica pode ser considerada como uma existência de opostos, como algo contraditório. Sob o olhar da complexidade, contudo, aceitar essa oposição e, portanto, a concepção dual acerca do Espetáculo, seria comportar uma ideia dialógica. Dito de outro modo seria “conceber que há duas lógicas” (MORIN, 2011, p. 73) no entendimento do que possa vir a ser o Espetáculo, o que de nenhuma maneira equivale a uma contradição de termos.

Uma praia paradisíaca, cheia de pessoas “bonitas”. Campanhas de doação semeando esperança entre as crianças. Organizações internacionais preocupadas com o desenvolvimento sustentável das economias emergentes. Invasões militares por disputa de recursos naturais. Massacres entre diferentes etnias. Do ato mais benevolente ao mais cruel, o valor moral não é o mote: todos são *espetaculares*. Realiza-se por não se sofrer dos males alheios. Sofre-se por não se realizar dos seus sucessos.

Sendo assim, o “espetáculo nada mais é que a linguagem comum dessa separação. O que liga os espectadores é apenas uma ligação irreversível com o próprio centro que os mantém isolados” (DEBORD, 1997, p. 23).

A derivação da ligação dos espectadores com o centro, e de seu isolamento entre si, leva à compreensão da alienação para o pensamento situacionista. Como já destacado, a alienação cumpre uma função social de *condição de sobrevivência*, ou seja, sua função social é a de conduzir a uma situação que mantém os indivíduos sobrevivendo. A luta por sua sobrevivência é o que, justamente, impede-os de viver, e por não viver é que se está e se permanece isolado.

A constituição dessa luta não é tão recente, todavia, e pode ser remetida para tempos mais primórdios, das delimitações de áreas de caça por tribos e clãs. A apropriação privada, ainda que de um grupo, de uma determinada porção de terra, territorializando-a, está diretamente ligada às condições de sobrevivência. Pois, desde sua aparição, “a sobrevivência econômica socialmente construída postula a existência de limites, de restrições, de direitos contraditórios” (VANEIGEM, 2002b [1962-63], p. 78).

O que se pode destacar é que as condições atuais de produção reforçam a intensidade de tal condição, no que diz respeito às relações dos possuidores e dos não-possuidores, dos produtores e dos não-produtores. O não-possuidor já pôde ser considerado o que estava fora do território do clã, uma força ameaçadora à sua sobrevivência, instalada aquém dos limites da apropriação privada do próprio clã. A evolução histórica em direção as sociedades agrícolas, e posteriormente industriais, claramente envolve uma mudança de perspectiva do não-possuidor, pois envolve mudanças qualitativas de troca, do que é trocado e como isso é trocado.

A lúdica promessa romana de sacrificar um galo aos deuses em troca de uma viagem tranqüila permaneceu fora do âmbito mercantil em razão da disparidade do que era trocado. [...] Por conseguinte, o sacrifício veio a ser quantificado, racionalizado, pesado, cotado na bolsa. (VANEIGEM, 2002a, p. 88).

A luta contra a alienação natural (sacrificar um galo aos deuses, atribuir a uma força mítica misteriosa a causa de erupções vulcânicas, e assim por diante) é uma luta social que leva, conseqüentemente, a uma alienação também social. “O desenvolvimento de meios técnicos que permitiriam ‘por si próprios’ combater a morte, o sofrimento, o desconforto, o cansaço de viver” (VANEIGEM, 2002b [1962-63], p. 77), questões que permeiam a alienação natural, dar-se-á a partir do desenvolvimento técnico-produtivo, do que o homem é capaz de moldar, fabricar, enfim. Fato que nos leva, invariavelmente, ao momento histórico atual.

O não-possuidor claro nesse cenário é o que cede sua força de trabalho em troca de um salário. Não possui os meios do que produz, tampouco possui seu produto. É seguro afirmar, simultaneamente, que a relação não necessariamente precisa ser assalariada. Antes das relações capitalistas, as relações de escravidão e de serventia já ocupavam lugar nos modos de produção e impunham a dicotomia da posse. Relações condicionadas pelos papéis sociais de possuidores e não-possuidores não podem ser especificadas da época contemporânea pela razão de que a própria apropriação privada supracitada tampouco tem sua origem na contemporaneidade. O que não impede a afirmação anterior de que essas relações se intensificaram, em especial no sentido do individual. Se anteriormente a questão que se colocava era do clã como um todo controlando seu território em face ao outro, o que passa a predominar é o domínio de um indivíduo sobre o outro.

O trabalho dos não-possuidores obedece às mesmas contradições que o direito de apropriação particular. Ele os transforma em posses, em produtores de apropriação e de sua própria exclusão. Esse trabalho, contudo representa a única chance de sobrevivência para os escravos, os servos, os trabalhadores [assalariados], fazendo com que a atividade que dá continuidade à sua existência, esvaziando-a de todo conteúdo, termina por tomar um sentido positivo [...]. (VANEIGEM, 2002b, p. 80)

As *condições de sobrevivência*, portanto, parecem modificar-se conforme mudam as trocas de um mundo regido pelo mito para um mundo espetacular. Sua base, contudo, mantém-se: a propriedade privada. O homem que antes trabalhava

para o seu senhor como despossuído por Deus, buscando sua salvação espiritual, visto que sua realização terrena demarcou-se pela submissão, parece vir a ser o homem que trabalha para o seu senhor em busca de estar na sua posição. As amarras sanguíneas dos escravos e servos alteram-se para amarras mercantis, mantidas não por uma condição pré-posta, inalterável, mas por uma condição a ser buscada, inalcançável.

“O princípio hierárquico é o princípio mágico [mítico] que resistiu à emancipação dos homens e às suas lutas históricas pela liberdade” (VANEIGEM, 2002a, p. 86). Portanto, a questão capital reside em função da existência de tal hierarquia, que nada mais é do que o poder da posse *latu sensu*.

As relações escravagistas e feudais estavam apoiadas sob a idéia do *ser*, o direito intrínseco dos senhores. A revolução burguesa inverteu essa situação para o *ter*, e por isso possível de ser almejada. A alienação natural é “recriada” como social, decorrendo para a produção dos não-possuidores e, posteriormente, para o consumo dos não-possuidores. O homem que sobrevivia trabalhando para o sustento de suas necessidades básicas (comer, dormir, etc.) foi transposto para a perspectiva do sustento de necessidades criadas (consumir as mais diversas mercadorias).

A alienação multiplica as necessidades porque ela não satisfaz nenhuma: hoje em dia, a insatisfação se mede pelo número de carros, geladeiras, TVs. Os objetos alienantes não possuem mais as virtudes nem o mistério da transcendência, eles estão por aí em sua concreta pobreza. O rico é hoje em dia aquele que possui o maior número de objetos pobres (VANEIGEM, 2002b [1962-63], p. 81)

As abordagens situacionistas acerca da propriedade privada como pano de fundo das relações hierárquicas de poder levará às discussões de coletividade impregnadas nas propostas de superação da sociedade espetacular e, conseqüentemente, do modelo urbanista decorrente dela. A constituição das cidades é apenas (um dos) reflexo(s) dessas relações.

A primeira fase da dominação da economia sobre a vida social acarretou, no modo de definir toda realização humana, uma evidente degradação do *ser* para o *ter*. A fase atual, em que a vida social está totalmente tomada pelos resultados acumulados da economia, leva a um deslizamento generalizado do *ter* para o *parecer*, do qual todo

“ter” efetivo deve extrair seu prestígio imediato e sua função última (DEBORD,1997, p. 18).

Assim, os momentos espetaculares tomam conta da vida cotidiana, regidos pela aparência de si próprios, bastando a si mesmos. Ser pelo que se tem, ter pelo que se parece. *O valor de uso das mercadorias é sobrepujado pelo seu valor de representação*, fator primordial no âmbito espetacular.

A perspectiva de mudança para um quadro que se imbrica de tal forma, como uma retroalimentação, coloca uma grande barreira em qualquer avanço em direção a uma transformação social. As ações contra o espetáculo “sofrem do mal” de se tornarem, elas próprias, espetaculares (a comercialização mundial de camisetas estampando a face de Che Guevara não pode ser mais caricatural). De que ponto partir quando não há um ponto de partida nem uma linha de chegada, mas um largo e contínuo meio? É preciso que seja criada uma força tangencial, e a práxis situacionista, seguramente, dirigiu-se nesse sentido. O alcance, a abrangência e o impacto resultante de dita força pode ser discutido para mais ou para menos (inclusive sua absorção espetacular), mas sua existência é inegável.

Buscar novos caminhos, mais do que um imperativo, apresenta-se aqui como uma possibilidade de duplo sentido das palavras. O trânsito através de uma cidade facilmente revela os pré-significados estabelecidos para cada espaço, seja em função de um planejamento, seja em função de uma gestão, não se difere a conclusão. Basta que se mantenham os cidadãos em curso para que o conjunto da situação mantenha-se, como marionetes puxadas no tempo certo por cada uma de suas cordas em suspensão, continuamente no mesmo movimento.

O traçado das vias urbanas e a estrutura estática com que se apresenta a cidade ao espectador, objetivamente intencional (ou seja, uma intenção que se objetivou, que se tornou objeto), leva ao seguimento da retroalimentação. A racionalidade tende a manter os comportamentos tais quais estão, tanto quanto os comportamentos mantêm a racionalidade.

Dentro desse raciocínio, a compreensão destacada por Damiani (2001a) da apropriação como perturbação na racionalidade facilmente surge à mente. “A apropriação opõe-se aos espaços dominados, controlados pela sócio-lógica, traduzida em uma estratégia real, se realizando no terreno” (DAMIANI, 2001a, p. 54).

Assim posto, ainda que o fim seja o âmbito abstrato da cidade, a apropriação parece começar, invariavelmente, pelos sujeitos, seres primeiros na composição das mesmas. Uma cidade não existe sem seus habitantes (massa de pessoas heterogênea e, por isso, ainda que considerada no seu conjunto, possui um caráter primeiramente individual; do contrário não seria possível considerá-la heterogênea). Por conseguinte, parece difícil fugir da perspectiva que a, anteriormente dita, força tangencial comece com a conscientização de si próprio.

Para que os outros me interessem, é preciso que eu encontre antes em mim a força de um tal interesse. É preciso que aquilo que me liga aos outros brote daquilo que me liga à parte mais exuberante e exigente da minha vontade de viver. Não o inverso. É sempre a mim que busco nos outros: seja o meu enriquecimento ou a minha realização (VANEIGEM, 2002a, p. 56).

4.1.2. Urbanismo Unitário

“É na clareza da mente que explode a procura de um novo processo, e o que é meu direito eu exijo, não peço, com a intensidade de quem quer viver e optar: ir ou não por ali” – Oswaldo Montenegro

As propostas conceituais e metodológicas que compõe a concepção situacionista de urbanismo, como a Psicogeografia e a Deriva, são representadas pela (estão contidas na) ideia genérica de Urbanismo Unitário, “assim denominado por ser contra a separação moderna de funções – base da Carta de Atenas” (JACQUES, 2003, p. 15), e entendido como um “emprego conjunto das artes e técnicas que concorrem para a construção integral de um ambiente em ligação dinâmica com experiências de comportamento” (IS, 2003c [1958], p. 65).

Posicionar-se contra a separação de funções em relação ao meio urbano consiste em reconhecer, então, que há uma interdependência entre as diversas ambiências que compõe tal ambiente. Não se pode (pelo menos não se deveria) separar o que no cotidiano se apresenta como indivisível.

É certo que existem diversas demandas, por exemplo, ao longo de um dia vivido na cidade, que são atendidas em determinados locais, separadamente. A comprovação da validade dessa afirmação reforça exatamente a crítica feita: se assim o é, assim deveria deixar de ser. Dividir a cidade em espaços funcionais é dividir as pessoas que ela contém, é dividir a própria vida. “Tudo o que temos é a ilusão de estarmos juntos” (VANEIGEM, 2002a, p. 45).

Deste modo, a fragmentação da vida não pode caminhar para um sentido que não seja o da fragmentação das relações sociais, seja dos indivíduos em relação a si mesmos, seja em relação a outros indivíduos, seja em relação ao meio em que vivem. Como visto antes, essa acaba por ser uma das bases de realização do Espetáculo.

Então, para que seja possível a realização de uma construção unitária em função dos comportamentos, deve-se elaborar um estudo que possa proporcionar as respostas adequadas à inquietação propositiva. E para que se obtenham as respostas certas é necessário, *a priori*, elaborar corretas perguntas: “quais os efeitos precisos do meio geográfico, planejado conscientemente ou não, que agem diretamente sobre o comportamento?” Os situacionistas elaboraram determinado questionamento em tom de conceito, sob a denominação de Psicogeografia (IS, 2003c [1958], p. 65).

Conscientes das imprecisões do que discutiam e de onde queriam chegar, há um momento de elucidação poética importante de ser destacado frente a isso, ainda mais por constar no documento apresentado quando da fundação da IS:

O progresso da psicogeografia depende muito da extensão estatística de seus métodos de observação, e principalmente da experimentação por intervenções concretas no urbanismo. Até essa etapa, não haverá garantia da verdade objetiva dos primeiros dados psicogeográficos. *Mas mesmo que esses dados sejam falsos, serão certamente as falsas soluções de um problema verdadeiro* (grifo nosso; DEBORD, 2003a [1957], p. 55).

A dependência da “extensão estatística”, ao contrário das “intervenções concretas”, não foi algo levado no devir do movimento. Suas experiências e relatos de estudos psicogeográficos não apresentam tabulações de dados, percentuais, enfim. O que propiciou, por exemplo, as críticas de Home (2004) sobre a seriedade científica dos estudos situacionistas. Seus dados acabaram sendo parâmetros, mais do que propriamente estatísticas. No capítulo dedicado a abordar uma de suas experiências de campo retomar-se-á esse ponto, a fim de esclarecê-lo e aprofundá-lo.

O Urbanismo Unitário, simultaneamente ao englobar os entendimentos acima referidos, é englobado pelo entendimento da criação de situações em função de diversas ambiências (uma situação nada mais é, nesse caso, que uma ambiência

coletiva). Aqui estão dois conceitos a serem explicados, em relação a si mesmos e em relação ao seu contexto.

A titulação do movimento como “Situacionista”, advém da concepção de situações, foco mor de suas análises, reflexões, ímpetos, enfim. Está escrito, também no documento fundador da Internacional (DEBORD, 2003a [1957], p. 57), que:

Nossa idéia central é a construção de situações, isto é, a construção concreta de ambiências momentâneas da vida, e sua transformação em uma qualidade passional superior. Devemos elaborar uma intervenção ordenada sobre os fatores complexos dos dois grandes componentes que interagem continuamente: o cenário material da vida; e os comportamentos que ele provoca e que o alteram.

Criar uma situação é criar uma resistência à noção de Espetáculo. Por ser forçosamente coletiva, criar uma situação é unir o que é separado pela relação espetacular, pois o centro expande sua força centrípeta entre si com os indivíduos para a relação dos indivíduos entre si próprios. Conjuntamente, a existência de uma situação é uma ação política, visto que vai contra a sobrevivência, o que inclui a superação do isolamento além da superação das outras *forças espetaculares*.

Vaneigem (2002a) realiza toda sua análise acerca do mundo regido pelo mito e pelo espetáculo a partir da perspectiva do poder e da tríade unitária realização, comunicação, participação. Assim, o poder hierárquico realiza-se como soma das coações (ou a participação impossível), como mediação universal (ou a comunicação impossível) e como soma de seduções (ou a realização impossível). Dentro de cada uma dessas perspectivas manifestam-se forças específicas, como o isolamento, a técnica e o sacrifício, respectivamente. Designa-se aqui esse conjunto de *forças espetaculares* como forma de resumir a ampla gama de ramificações apresentada.

A tríade, por sua vez, é unitária porque rompe a fragmentação espetacular, ao mesmo tempo em que é uma união para além da união mítica, é a união coletiva da realização cotidiana, das experiências vividas. Assim, segundo o próprio Vaneigem (2002a, p. 20), “a opção de viver é uma opção política. Não queremos um mundo no qual a garantia de não morrer de fome se troca pelo risco de morrer de tédio”.

O que remete, novamente, à construção de situações. Três fatos acerca disso foram estabelecidos: a) que são esforços essencialmente coletivos, de modo a ser vivida por quem a constrói; b) que são ações criativas e, como tal, ações políticas, pois se busca com elas um viver verdadeiro, ao invés da ilusão da sobrevivência; c) que são uma *intervenção sobre o cenário material da vida e os comportamentos alterados e provocados, a partir e por ele*.

Por sua vez, uma ambiência é uma situação vista a partir do ponto individual. É a constituição organizada de elementos desejáveis por uma pessoa, o que lhe quer que seja atraente. Identificar esses desejos de ambiências faz parte indubitavelmente dos estudos situacionistas, no sentido de expandi-los para a (re)construção e evolução das cidades. A ambiência pode ser vista como um momento vivido por um ser humano em um ambiente sob determinado arranjo. A perspectiva temporal estava incrustada no entendimento situacionista de ambiência, pois até que o mundo, na sua totalidade, tivesse sido refeito (onde a sucessão de situações tomaria conta da realização cotidiana da vida), não poderia haver se não experiências intermitentes dentro do cenário espetacular. “Por esse método é possível fazer o levantamento dos elementos constitutivos das situações a construir: *projetos para o movimento desses elementos*” (IS, 2003c [1958], p. 62-63). Uma unidade de ambiência, forma de delimitar locais singulares, deve ser entendida a partir do “elemento mais reduzido do urbanismo unitário”, “o complexo arquitetônico, que é a reunião de todos os fatores que condicionam uma ambiência” (DEBORD, 2003a [1957], p. 55). Tais fatores podem ser pontuados, genericamente, como: a composição das edificações (formas, estilos arquitetônicos; a urbe) e a configuração sócio-espacial (disposição habitacional da população e seus hábitos/práticas; a cidade).

A noção de ambiência tratada por Nelson Rego, no artigo “Apresentando um pouco do que sejam ambiências”, (2000, p.7) traz em si uma caracterização de espaço geográfico que pode, sem embargo, servir como uma ponte conectiva à conceituação situacionista, estando aquém de uma faceta experimental.

[...] uma noção de espaço geográfico como um sistema composto por relações sociais articuladas a relações físico-sociais, espaço condicionador da existência humana e que pode, este espaço, ser eleito como objeto catalisador de ações transformadoras exatamente por esse motivo – por ser condicionador da existência humana.

No desmembramento desse conceito estão imbricadas: a relação social, entre seres humanos; a relação física, as interações do meio sobre ele mesmo; e as relações físico-sociais, dos homens modificando o meio, que modifica os homens. Dito de outro modo, fatores que condicionam uma (unidade de) ambiência. Espaço que condiciona a existência humana e que é catalisador de suas próprias transformações. O entendimento de ambiências, a partir dessa noção de espaço geográfico, é importante de ser adotado para as discussões por virem pelas possibilidades de reflexão, e relação, que ela proporciona com o pensamento situacionista. Não haveria como adotar um conceito de ambiência em que o de espaço geográfico, *a priori*, ignorasse os sentimentos que nutrem e são nutridos entre homem e meio. Cortar-se-ia qualquer crítica que fosse pela raiz.

Há relações escalares realizadas até agora que merecem ser explicitadas e (re)organizadas para que se possa encaminhar o assunto. Haver entendido o que é o Urbanismo Unitário, a Psicogeografia, uma situação e, por conseqüência, uma ambiência, é compreender as imbricações gerais do pensamento urbano-situacionista. A situação é o que há de mais amplo no pensamento da IS, é sua *idéia central* e a sua auto-denominação aclara isso. Conjuntamente está a ambiência, contida na idéia da criação e vivência de situações. O Urbanismo Unitário já é um recorte de um viés específico da crítica feita pelo movimento como um todo. A criação de situações está para a crítica da sociedade do espetáculo, assim como o urbanismo unitário está para a crítica do urbanismo modernista. A primeira relação é uma discussão fenomênica muito mais abstrata do que a segunda, considerando-se, inclusive, a abrangência física dos próprios fenômenos (o antagonismo global-local é, na comparação posta, qualitativamente exemplar). A Psicogeografia, deste modo, advém da crítica do urbanismo e é um indicativo de como passar a se estudar e, portanto, compreender o urbano. Propõe uma mirada distinta, constitui hipóteses.

Tendo-se percorrido todos essas ramificações, é importante, por último, esboçar um entendimento do que seja um espaço vivido, visto que isso se coloca como um arcabouço complementar para superação do que vem sendo discutido. Pois, se a busca pela vida é o imperativo, torna-se vital a compreensão do que seja o espaço onde ela se reifica.

Rego (op. cit.) expõe o conceito de espaço vivido como “uma rede de manifestações da cotidianidade desse sistema [a ambiência] em torno das

intersubjetividades que são, por sua vez, as redes nas quais se constituem as existências individuais”.

O espaço vivido é, então, visto como uma manifestação da própria ambiência, ou seja, manifestação intersubjetiva das relações sociais e físico-sociais. Vivência da ambiência, espaço de vivência. Construção cotidiana do viver tornando-o vivido.

A ponte teórico-metodológica entre Geografia e a Internacional Situacionista parece estar estabelecida.

5. Teoria da Deriva¹⁰, uma Zona Autônoma Temporária.

“Você tem que estar perdido para achar lugares que não podem ser encontrados.” - dito popular

No subcapítulo precedente foram trabalhadas as concepções e definições do movimento situacionista através de um resgate teórico. Frente a isso, as **entradas de campo**¹¹ como parte das proposições urbano-situacionistas é o nó que resta para ser amarrado, conjuntamente com a explicação do que se entende por Zona Autônoma Temporária, assim como o porquê de sua relação.

A Teoria da Deriva é uma ferramenta pensada pela IS como forma de explorar o terreno açambarcado pela cidade, explorando suas vias sentimentais ao percorrer as vias materiais. A Deriva está diretamente conectada com o “item c” destacado acima, sobre o cenário material da vida, pois “já é uma primeira tentativa de um novo modo de comportamento, [...] a prática de uma superação passional pela mudança rápida de ambiências, ao mesmo tempo que um meio de estudo da psicogeografia e da psicologia situacionistas” (DEBORD, 2003a [1957], p. 56). Fica claro o sentimento múltiplo da Deriva, como modo de agir cotidiano e como meio de estudo da psicogeografia.

Enquanto uma nova forma de se comportar, a Deriva assume uma perspectiva oposta às noções tradicionais de passeio e de viagem. Ser muito mais

¹⁰ O uso da palavra Teoria remete aqui ao termo grego *theorein*: ato de percepção, observar.

¹¹ A idéia de entradas de trabalho de campo é uma denominação adquirida pelas experiências vividas com estudantes argentinos de Geografia, durante a graduação, em um período de complementação de estudos. A expressão nada mais é do que a inversão de perspectiva comumente aceita de se realizar Saídas de Campo. Para eles a experiência se dá ao contrário, com uma imersão a campo, uma Entrada de Campo.

um processo do que um fim difere-a dos deslocamentos urbanos comuns. Não se tem como objetivo sair de um ponto e chegar a outro: sair de casa e ir para o trabalho, realizar uma conexão em um centro de transbordo, e assim por diante. Não há, tampouco, o cálculo empresarial do dispêndio de tempo para cada viagem, como o tempo de espera do ônibus e o tempo de atravessar o semáforo fechado em uma avenida.

Pode-se dizer, também, que a proposta presente não é classificável dentro das perspectivas de análise do sistema de transportes de uma cidade. Questões como mobilidade concebida (as opções de viagem concebidas), efetiva (as opções de viagem possíveis) e realizada (as opções de viagem concretizadas) (GUTIÉRREZ, 2009, p. 8) não atendem à noção de Derivar, pois não há tal planejamento a ser feito. Tampouco depende da configuração da rede dos modos de transporte (ciclovias, rodovia, ferrovia), nem de sua eficácia em atender as relações de oferta e demanda. As pessoas imersas em uma Deriva estão muito além da relação que se tem como passageiro e usuário de um serviço.

Uma ou várias pessoas que se dediquem à deriva estão rejeitando, por um período mais ou menos longo, os motivos de se deslocar e agir que costumam ter com os amigos, no trabalho e no lazer, para *entregar-se às solicitações do terreno e das pessoas que nele venham a encontrar* (grifo nosso; DEBORD, 2003b [1958], p. 87).

As noções de tempo e abrangência espacial seguem a mesma linha. O tempo de duração de uma Deriva, assim como sua abrangência, relativizam-se para cada experiência. Não são sentidos limitadores. Horas, dias, semanas. Parado em uma estação de metrô, ao longo de um quarteirão, um bairro, uma cidade. Depende do que se busca: a desorientação completa, a exploração direta do terreno, a elaboração de um mapa mental, “um estudo profundo dos meios de criação de ambiências e da influência psicológica dessas ambiências” (CONSTANT, 2003 [1959], p. 117).

Como intencionalidade, no seu sentido uno (os sentidos múltiplos seriam as formas de comportamento e de estudo), é possível delimitar que a Deriva busca “diminuir as margens fronteiriças, até sua completa supressão” (DEBORD, 2003b [1958], p. 91). As margens fronteiriças referidas são as margens impostas pelo urbanismo modernista, as marcas na paisagem entre bairros ricos e pobres, entre distritos industriais e de lazer, enfim, as fragmentações do espaço urbano. A

construção unitária do ambiente perpassa por unir os sentimentos transmitidos pela cidade, o que não quer dizer que todos os ambientes devam surtir os mesmos efeitos psicológicos, e sim que os ambientes devem ser pensados conjuntamente, proporcionando a passagem de um ao outro, “mudança rápida de ambiências”, sem que haja essas margens fronteiriças. É pensar as partes como divisíveis, mas não divisórias, do todo.

Enquanto um exercício a Deriva cobre uma determinada área. Enquanto duração a Deriva é essencialmente temporária, por possuir um princípio e um término da atividade¹². Quanto a sua existência, autônoma. Esse caráter autônomo é próprio do que aqui consta, sendo uma congruência de reflexões posterior aos situacionistas, advindo da discussão feita por Hakim Bey (2011), exposta a seguir, acerca do que é uma Zona Autônoma Temporária (TAZ).

5.1. Um conceito quase auto-explicativo

“Aqui, eu gostaria de propor que a TAZ é, em certo sentido, uma tática de desaparecimento.” – Hakim Bey

Hakim Bey é o pseudônimo de Peter Lamborn Wilson, historiador, poeta e escritor estadunidense, teórico libertário e pesquisador do sufismo¹³. Hakim Bey é um dos autores mais controversos do pensamento contemporâneo. Não parece haver meio termo no gosto pelo autor, que surge na metade da década de 80, com o livro TAZ – Zona Autônoma Temporária. De forma geral, a discussão realizada por ele tem a característica do que se poderia vir a chamar de subversiva, uma inversão de perspectiva (VANEIGEM, 2002a, p. 193). Muito mais do que propor um modelo de mudança social, centra-se em uma proposta de ativismo.

Antes de entender o que é a TAZ, então, é preciso entender a formação do pensamento do próprio autor, de que fontes ele bebeu que o levaram a elaboração de tal proposta. É essencial dizer que os situacionistas compõem claramente essa fonte.

Não cabe aqui expô-los aprofundadamente, o que não impede alguns breves comentários que possam situar a reflexão. De maneira geral, há grandes

¹² Na perspectiva situacionista “a reconstrução das cidades chegará ao momento em que a principal atividade dos moradores será a DERIVA CONTÍNUA” (IVAIN, 2003 [1958], p. 71).

¹³ Corrente do Islã que busca transcender a realidade aparente, na tentativa de contato mais próximo com Deus, aqui e agora.

influências do pensamento anarquista, todavia, dois autores por suas diversas citações diretas merecem maior destaque.

O primeiro, e mais importante, é o socialista francês Charles Fourier (1772 – 1837), também constantemente citado pela IS, conhecido por ser o proponente dos falanstérios: “unidades, de produção e consumo, funcionando sob o cooperativismo integral e auto-suficiente”, define Bey (2011, p.14-16). Sob diversas óticas, em diversos textos, podem-se ver reflexos de seu pensamento. Os pontos acerca da importância do prazer no ato de trabalhar, contidos nas reflexões do francês, estão imbuídos dentro da TAZ através da prática festiva, através da ideia do cooperativismo, a associação livre entre indivíduos que buscam os mesmos objetivos, organizando-se como lhes convém, durante o tempo que convir. Talvez não seja abuso dizer que autor faz uma releitura dos falanstérios a partir de uma experiência temporária, sob uma forma mais orgânica.

Conjuntamente com Fourier, outro autor importante de ser citado é Steven Pearl Andrews (1812-1886), escritor anarquista estadunidense. Um texto seu foi publicado ao final do TAZ (2011, p 87-88), denominado O Jantar, entendido como forma “elevada” da sociedade, situação horizontal onde cada indivíduo é admitido como tal, cada um por/com sua(s) individualidade(s).

O texto não se estende por mais de uma página, mas seu conteúdo e forma de escrita bastam para ser uma influência tão significativa. A comparação entre um jantar e o comportamento social, genericamente, dá-se enquanto espaços legislativamente regulados. Ainda que existam “quaisquer leis de etiqueta, elas são meras sugestões de princípios, admitidos e julgados por cada pessoa, pela mente de cada indivíduo” (ANDREWS, 2011, p. 87), não há uma regulação tal qual a estatal no âmbito de um jantar. Se em algum momento, “sob o pretexto de evitar a desordem e a violação dos privilégios e direitos uns dos outros” (ANDREWS, 2011, p. 88), se desse a transposição dessas forças reguladoras da legitimação do Estado, haveriam mudanças comportamentais significativas. Conclui o autor que a convivência que antes acontecia de forma harmoniosa e agradável tornar-se-ia “uma confusão sem esperança” (ANDREWS, 2011, p. 88).

Assim, as discussões envolvidas no conceito de TAZ são uma série de elementos de construção do cotidiano das pessoas, em uma transição de escalas que vai desde os indivíduos até a organização coletiva de sua reprodução social.

A TAZ “é um *ensaio* (uma tentativa), uma sugestão, quase que uma fantasia poética” (BEY, 2011, p. 14). Tentativa de garantir a realização dos desejos suprimidos pela realidade (im)posta, corriqueira. Sugestão e reinvenção do senso-comum de cotidiano como tediosa repetição rotineira.

“No final, a TAZ é quase autoexplicativa. Se o termo entrasse em uso seria compreendido sem dificuldades... compreendido em ação” (BEY, 2011, p. 14). Ela é uma proposta de ativismo que “libera uma área (de terra, de tempo, de imaginação) e se dissolve para se re-fazer em outro lugar e outro momento [...]” (BEY, 2011, p. 17).

Retomando-se os apontamentos apresentados ainda na Justificativa, acerca dos planejamentos e gestões macroescalares: organização das ruas, vilas, bairros, casas; a formação de equipes técnicas, profissionais e estagiários com equipamentos, cartas, teodolitos, calculadoras, sob tutela do Estado e de empregadores privados. Essa concepção traz consigo a fantasia de que apenas estes agentes, destas maneiras, podem trabalhar para organizar e produzir o espaço (SOUZA, 2011). De que, para isto, é preciso um montante (grande) de recursos. Mas muito antes de todas essas invenções recentes, as comunidades, os povoados, as aglomerações humanas em geral, já tinham seus próprios métodos de espacialização, ou seja, “o espaço como produção emerge da história da relação do homem com a natureza” (CARLOS, 2011, p. 63). Essa é uma concepção a ser reforçada pela insurgência da TAZ, de que os indivíduos organizados por e para si mesmos (ou seja, coletivamente), podem agir sob o espaço com o ímpeto da transformação cotidiana¹⁴.

Essa reflexão histórica leva a uma ressalva bastante importante feita por Bey (2011), de que ele não é o criador das Zonas Autônomas Temporárias, no máximo lhes atribuiu um bom nome. Elas existiram, existem e existirão independente de sua nomenclatura. Nesse sentido, revela-se sua autonomia ontológica. Um dos questionamentos mais freqüentes sobre a TAZ é que ela é autônoma em relação ao que, sendo que o próprio autor também se faz esse questionamento:

estamos nós, que vivemos no presente, condenados a nunca experimentar a autonomia? [...] Devemos esperar até que o mundo

¹⁴ “Um mundo onde caibam outros mundos”, como diz o lema do Exército Zapatista de Libertação Nacional (EZLN).

inteiro esteja livre do controle político para que pelo menos um de nós possa afirmar que sabe o que é ser livre (BEY, 2011, p. 13)?

A resposta, todavia, é simples: não, pois a TAZ é considerada autônoma em relação a si mesma e a quem a constrói¹⁵. Sua criação e vivência são fruto das vontades coletivas, é a “realização dos seus próprios desejos, a vida vivida em vez de *sobrevivida*” (grifo nosso; BEY, 2011, p. 36). A autonomia está contida na sua criação, nos seus propósitos, na sua composição, na sua localização e na sua temporalidade. “Esperar por manhãs festivos é o que impossibilita nossas festas hoje” (VANEIGEM, 2002a, p. 245).

Portanto, o exercício da Deriva através dessas junções teóricas mostra-se como possibilidade de libertação temporária de uma área, espaço de experimentação, identificação e realização de prazeres, harmonização da subjetividade dos indivíduos (de outra maneira a ação unitária se fragmentaria, ela seria recuperada pelo espetáculo ainda que estivesse tentando superá-lo), desvendamento do terreno e exploração de suas possibilidades, apropriação e produção do espaço urbano.

¹⁵ “Se *autonomia* significa dar-se lei a si próprio [...], um *discurso autônomo* é aquele que defende e afirma a autodeterminação e a ausência de dominação como valores fundamentais.” (SOUZA, 2011, p. 154)

CAPÍTULO III – AMAR SE APRENDE AMANDO

6. Adentrando na cidade e suas grafias

*"[...] a geografia menos como um substantivo e mais como um verbo, ou melhor, como o ato/a ação de marcar a terra, de geografar."
– Carlos Walter Porto-Gonçalves*

Cotidianamente há uma luta na cidade e pela cidade. Cotidianamente, disputam-se espaços, na cidade e da cidade. Relações assimétricas de poder chocam-se, entram em conflito, atraem-se e se repelem, e nesse processo evidenciam suas contradições.

Carlos (2011), apoiando-se em Henry Lefebvre, trás a diferenciação entre, basicamente, duas grandes acepções das ações humanas: a dominação e a apropriação. Na primeira, o homem na sua relação com a natureza material, acabaria, através de diversas técnicas, por arrasá-la. Na segunda, o homem já não a arrasaria, mas transformaria a natureza em bens humanos, sendo assim a própria finalidade da vida social.

A dominação e apropriação da cidade, pois, revelam-se no limiar entre espaço geométrico e espaço social. A dominação age sobre o primeiro, coagindo o segundo. Já a apropriação reforça a existência do segundo, ao transformar o primeiro. O espaço social não pode deixar de ter um caráter geométrico, é certo, porém sua realização se dá para muito além da área abrangida. Esta realização está contida na premissa das relações entre sujeitos que, individual ou coletivamente, se apropriam da cidade na luta cotidiana contra a alienação de uma proposta de vida espetacular que não pode ser alcançada, perdurando em condições de sobrevivência, de ilusões, de isolamentos, de sacrifícios.

A cidade ao ser pensada como espaço geométrico torna-se muito mais um problema matemático euclidiano do que um problema geográfico. Os sentimentos nutridos por um espaço pensado assim resumem-se as dificuldades postas em cruzar entre dois pontos do espaço. O cansaço de uma longa avenida, a violência de um bairro, o barulho de um distrito industrial. Proporções entre distâncias insignificantes, ou seja, desprovidas de apropriação.

A cidade no limite da alienação, quando ela perde praticamente toda sua densidade histórica, ela não a perde para todos e de forma incontestável. Um limite crucial dessa perda aparece quando o espaço social – que define as cidades – limita-se ao espaço geométrico,

quase sem referências, ou com referências francamente ressecadas de sentidos e significados sociais (DAMIANI, 2001b, p. 126).

A autora utiliza um exemplo bastante claro desses ressecamentos, marcados na paisagem urbana contemporânea em função da ausência de significação: os recém-chegados na cidade. Desorientados pela mudança recente de ambiente, os migrantes possuem poucas referências, em lento processo de construção, do espaço da cidade. Seu imaginário acerca desse espaço ainda busca demarcar marcos, delinear caminhos e amarrar nós, para usar conceitos de Lynch (1960). Referências como essas à imagem criada pelo habitante da cidade abrem às possibilidades de reflexões, que parecem ser bastante pertinentes, sobre o que se denomina de mapas mentais. Simplificadamente, uma coleção interna, por parte de cada indivíduo, de referências do terreno, organizadas espacialmente segundo uma lógica que o ajude ao se locomover e ocupar esse terreno, expressão do imaginário apropriado e (re)produzido por esse habitante.

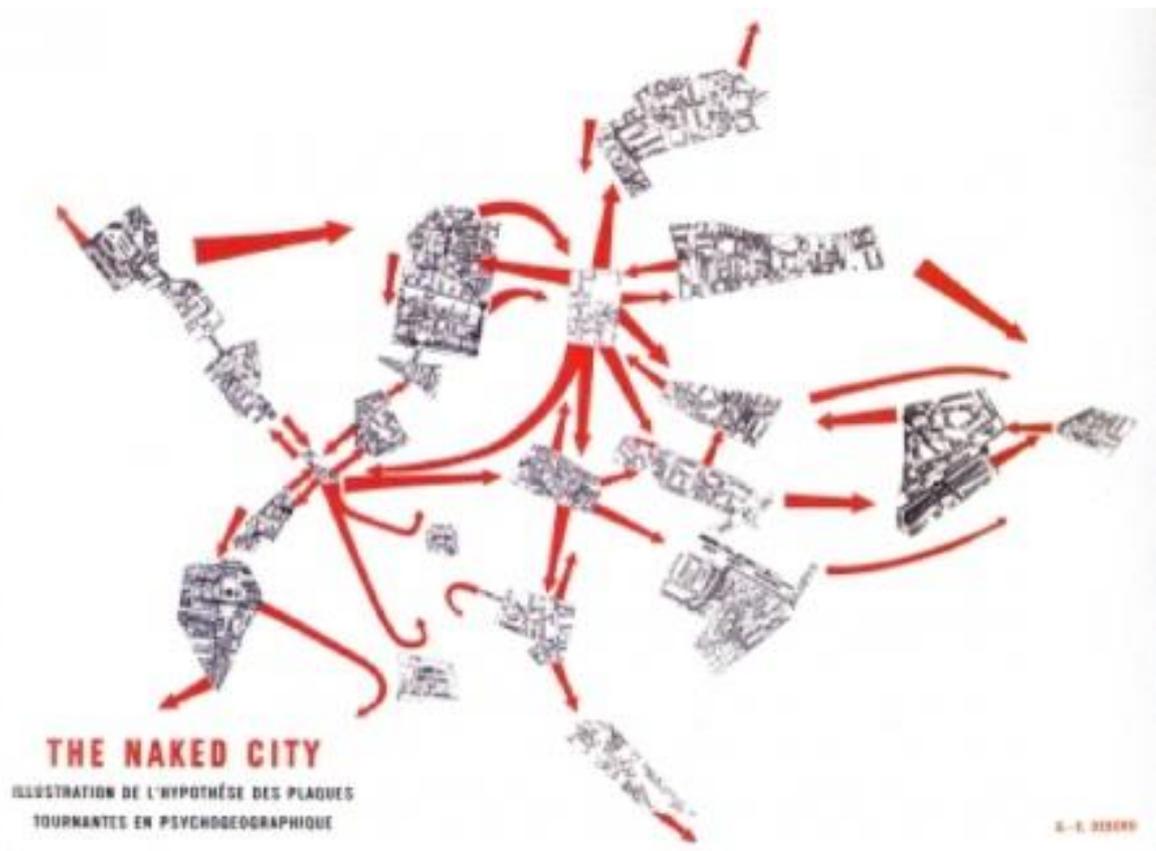


Figura 1: The Naked City, de Guy Debord.

Fonte: <http://freeassociationdesign.wordpress.com/2009/12/20/urban-transects-revisited-2/>

O mapa, acima, de Guy Debord, é um exemplo de mapa mental realizado durante Derivas pela cidade de Paris. Ele é basicamente composto de colagens de um mapa da cidade ligadas pelas setas vermelhas. Seu intuito é demonstrar a ruptura que há entre as diversas ambiências percorridas, a fragmentação do espaço urbano em geral, com partes afastadas, com locais de atração, mais ou menos intensa, com a possibilidade de dispersão em várias direções e, ainda, alguns que possuem um efeito contrário, de repelir, evidenciados pelas setas que parecem rebater na borda das colagens.

Cada construção desses mapas terá características das variáveis dos processos de apreensão que foram propiciados, ou seja, conforme os diferentes propósitos (buscar um novo comportamento, uma nova forma de jogar no espaço da cidade, estudá-la psicogeograficamente) com que foram pensados cada um deles, e o modo de transporte adotado para a locomoção, se terão distintos resultados. A velocidade ao se atravessar uma quadra a pé é muito menor do que ao se atravessar em um veículo motorizado, propiciando variáveis de referência muito distintas entre si. Mais do que isso, as referências buscadas (in)voluntariamente também mudam, por questões de planejamento e gestão (os sentidos de circulação das vias urbanas, uma referência importante para um motorista, por exemplo, não influenciam em nada os pedestres, pois as calçadas não possuem essa limitação, admitem o ir e o vir em qualquer orientação), de influências psicológicas (locais de grande poluição sonora, ilhas de calor, etc., impactam muito menos uma pessoa sentada em um ônibus com ar condicionado do que alguém em uma bicicleta), e assim por diante.

Essas diferenciações, apesar de parecerem simples, são importantes de serem comentadas, e serão retomadas em uma breve discussão sobre escalas. São elas que reforçam o quão peculiar é o caminhar pela cidade, portanto, o quão distinto é realizar a análise a partir de tal perspectiva, através de um olhar mais próximo “aos espaços-tempo de realização da vida” (CARLOS, 2007, p. 12).

O espaço produzido sob a lógica capitalista sobrepuja o valor de troca sobre o valor de uso, limitando por conseqüência os acessos à realização da vida. É essa sócio-lógica que irá, enfim, definir e legitimar diferenciações do/no espaço urbano, restringindo-o, ou seja, reforçando as margens fronteiriças no sentido situacionista.

6.1. A arte de Caminhar

“Pie detrás de pie, ibas tras el pulso de claridad” – Jorge Drexler

A ação simples de deslocar um pé após o outro configura o ato de caminhar, mas não explora muitos desmembramentos possíveis, carecendo-se fazer um esforço mais amplo na tentativa de sua complexificação.

Em um de seus textos mais belos, Henry David Thoreau (2009, p. 127) abre-o dizendo que “he encontrado sólo con una o dos personas que comprendiesen el arte de Caminar”. De um fato aparentemente comum surgem duas inquietações. Poucas pessoas, segundo ele próprio, conseguem realmente compreender a *arte* de Caminhar. Seguramente a referência de arte não condiz, por exemplo, com a definição aristocrática aclarada por Home (2004) como algo superior, condição elevada da/na sociedade, distintiva de valores supremos, uma alta cultura.

Essa arte, grafada com letra maiúscula pelo autor, condiz com a capacidade de realizar uma ação apurada, distinguindo do ato impensado de pulsos elétricos do cérebro aos dedos. Ao colocar o caminhar como arte não lhe atribui necessariamente uma posição no sentido de condição elevada, mas enquanto algo a ser realizado conscientemente e que envolve mais do que a sucessão dos pés.

Expõe Thoreau (2009, p. 127) que essa arte se expressa pela habilidade de *sautering* [deambular], que advém das pessoas que na Idade Média pediam esmola e doações para se dirigirem à Terra Santa, ou *Sainte Terre*, ficando conhecidos, então, como *sauntereres*, em português nada mais do que peregrinos. Escrevendo já no Séc. XIX e do outro lado do oceano (nos EUA), é certo que o autor não se pretendia buscando a Terra Santa propriamente dita, usando-a como metáfora do que cada um busca para si e para seu próximo, “hasta que un día el sol brille más que nunca, tal vez en nuestras mentes y en nuestros corazones, e ilumine la *totalidad* de nuestras vidas [...]” (grifo nosso; THOREAU, 2009, p. 160).

Além disso, através de uma estória, Thoreau (2007, p. 51) afirma que “o viajante mais rápido é aquele que anda a pé”. Em uma corrida fictícia contra um companheiro que viajará de trem, o autor aposta que sempre estará à frente do competidor a partir da seguinte lógica: ele leva um dia caminhando para chegar até a cidade mais próxima, enquanto seu oponente estará trabalhando durante esse mesmo tempo para ter dinheiro para pagar o bilhete do trem, chegando somente no dia seguinte, quando ele próprio já estará mais adiante, e assim subseqüentemente.

Retomando, a idéia de totalidade para esse curioso pensador é, em comparação com as referências feitas até agora através dos apontamentos da IS, bastante similar. Ambos remetem à noção do conjunto da vida, a IS tendendo para um sentido global, já exposto, enquanto que para o autodenominado “filósofo da natureza” tendendo para a totalidade do indivíduo consigo e seu entorno. A realização total a ser buscada no âmago do ser e na sua relação com o ambiente. A valorização do menor e mais fugaz acontecimento da vida, como ao descrever homericamente uma batalha entre duas espécies de formigas, ou o contentamento com a harmonização da natureza, como ao descrever quando esteve sob intensa chuva, o que fazia apenas parte de um processo mais amplo de equilíbrio ecológico, que “sendo boa para o pasto, seria boa para mim” (THOREAU, 2007, p. 108). Seu argumento era de que, acima de qualquer coisa, “no podemos permitirnos el lujo de no vivir en el presente” (THOREAU, 2009, p. 158). Aqui ambos convergem novamente, a IS e ele, quando Vaneigem (2002a, p. 246) afirma que “só o presente pode ser total, [...] o presente contém a verdadeira riqueza, a construção do possível.”

Nesse sentido, aproveitando a oportunidade de mais uma junção entre reflexões que se complementam, Carlos (2007) faz-se importante para a conexão teórico-metodológica com a cidade, ao defini-la “de um lado, enquanto acumulação de tempos, e de outro, *possibilidade* sempre renovada de realização da vida” (grifo nosso; p. 11). O caminhar, ao compor o cotidiano urbano, congrega-se como construção do possível, realização da vida. Pertence ao caminhante a possibilidade de criar a partir dessa brecha, desfrutar dos interstícios da cidade de uma maneira que lhe permita apropriar-se dela, fazendo-o pertencente dos espaços pelos quais percorre. Simultaneamente, pode-se dizer que por esses processos trespassa a apropriação do próprio indivíduo em relação a sua condição enquanto cidadão, sujeito capaz de transformar o ambiente em que está inserido, sendo um ser ativo na produção da cidade.

Ainda quanto a ação de apropriação, há mais uma questão que merece ser destacada. O trajeto não pré-estabelecido de uma Deriva, no sentido da apropriação, revela-se pertinente de ser abordado por possuir a intencionalidade específica de desvendar o terreno urbano (em seus múltiplos sentidos). A concretização, como prática sócio-espacial, das possibilidades de realização da vida

inerentes às escolhas imediatas (*in locu*, sem mediação¹⁶) ao longo do percurso, são fruto da criação espontânea dos sujeitos que estão participando daquela experiência, naquele momento, sob aquelas condições específicas, criando e realizando seus desejos.

A Deriva como prática sócio-espacial implica pensá-la em conjunto com as diferentes manifestações escalares do/no espaço urbano, no sentido de que diferentes práticas se dão em diferentes frações de uma cidade (SPOSITO, 2001). Os diferentes usos dos diferentes espaços levam, por conseguinte, às suas diferentes produções e, assim, ressignificar espaços “*é ressignificar relações sociais e grupos sociais, e vice-versa*” (SOUZA, 2011, p. 160). A questão capital imbricada nessas relações teóricas é a de se atentar para a importância peculiar da análise à escala do caminhar pela cidade, a partir de uma perspectiva de compreensão desse ato como forma de apropriação e (re)produção do espaço cotidianamente vivido por parte de cada sujeito.

7. Escalas: possibilidades proporcionais

*“Voa contra o tempo, vive a noite e o dia,
muda a geografia, faz qualquer rincão tão perto”
– Milton Nascimento*

A escala faz-se presente em qualquer estudo na Geografia, mesmo que implicitamente, visto que ela representa, dentre outras coisas, a dimensão em que se está fazendo a análise. Falar de um país, de um estado ou de uma cidade implica falar em escalas diferentes. Escalas diferentes, por sua vez, implicam em falar em detalhes distintos (quanto maior o espaço abrangido menor a quantidade de detalhes cartográficos que podem ser percebidos). “A questão torna-se epistemológica para Geografia quando está relacionada aos fenômenos, pois é a escala que acaba por conferir visibilidade a eles” (CASTRO, 2008).

¹⁶ Na perspectiva de Vaneigem (2002a) a mediação faz parte das forças espetaculares supracitadas, sendo uma forma de hipnose, subjetivando comportamentos, gostos e objetivos de vida. A repetição de sinais para que eles se tornem familiares, como propagandas comerciais expondo modelos por seguir, mercadorias por possuir, locais por visitar, são formas de linguagem do espetáculo. Assim, agir espontaneamente em meio a essa linguagem seria a “antimediação por excelência” (p. 109). Bey (2011), dentro de suas particularidades, mas do mesmo ponto de vista, trabalha com a idéia de “evitar a mediação, experimentar a existência de forma *imediate*” (p. 34).

Nessa linha, Corrêa (2011, p. 41) destaca quatro acepções de escala: a) enquanto tamanho (economias de escala); b) cartográfica (1 : 2000); c) espacial (abrangência de um processo ou fenômeno, local, regional, nacional, global); d) conceitual (reflexões sobre um objeto e suas representações). Assim como no estudo do autor, interessam aqui, em especial, as duas últimas acepções.

“O conceito de escala espacial emerge da consciência da dimensão variável no espaço, da ação humana, e é útil para compor a inteligibilidade dessa ação” (CORRÊA, 2011, p. 42). Tal conceito implica em pontos bastante importantes que reforçam o que se vem discutindo. A ação humana, presentemente, está globalizada no sentido do trânsito de pessoas, da comercialização de mercadorias e dos fluxos de informação. Ao mesmo tempo, essas ações se realizam e se expressam de maneira local. Considerando-se essa dialética local-global, não há como se considerar uma escala de análise, *a priori*, melhor do que outra, estando sujeita (não de forma absoluta) aos propósitos de quem pesquisa. Conjuntamente, a base teórica para se explicar e compreender esses fenômenos também está relacionada à abrangência e à abstração do que se analisa (uma generalização não pode ser simplificarmente transposta para um nicho específico, por exemplo). Seguramente não se deve recair na concepção de que, pelas razões citadas, as diversas escalas são totais em relação a si mesmas, pois, muito pelo contrário, elas são interdependentes (a intersecção de múltiplos conjuntos, proposta por Lacoste (1988), já chamava a atenção para esse fato com bastante afinco).

Logo, a circulação urbana do ponto de vista do caminhar pelas ruas não encerra em si mesma a discussão. A medida escalar escolhida, decorrente de uma intencionalidade analítica, não pode ser confundida com a abrangência do fenômeno que é a circulação urbana de um modo geral. Ter o foco nessa forma de circulação como apropriação do espaço é diferente de pensá-la em relação à acessibilidade de uma rede municipal de transportes, e assim sucessivamente. Deste modo, se distinguem as análises específicas de cada escala e, além disso, que tipo de relações escalares se busca fazer a partir de cada uma delas.

A definição da relação 1:1 aborda-se aqui como a escala da rua¹⁷, onde os detalhes podem ser percebidos em sua magnitude pelo olhar humano, uma escala em “tamanho real”. O tamanho real enquanto escala ainda pode ser uma

¹⁷ Considera-se “rua” como o conjunto exterior às edificações urbanas, ou seja, as avenidas, as calçadas, as fachadas de prédios e casas, os postes elétricos, os canteiros, e assim por diante.

longa reflexão a ser feita. Na espera por essa oportunidade, contentar-se-á nessa discussão em colocar o tamanho real como o que está posto à frente, “a um palmo do nariz”, como diz a expressão popular. Quanto maior a profundidade com que se consegue enxergar uma rua, menor (em sentido cartográfico de pequena escala) é a relação entre observador e observado. A área coberta pelo ângulo de visão de uma esquina em relação à seguinte aumenta progressivamente, com as objetos ficando cada vez menos distinguíveis, perdendo (do ponto de vista do indivíduo que os observa) conseqüentemente seus detalhamentos. Assim, abordar a escala em proporção 1:1 deve ser visto no sentido de uma metáfora generalizante que dê conta da proposta de aproximação que é a observação do caminhante pela rua (ou de um Derivante, no caso).

“Nesse lugar [a rua], a cidade se deixa perceber muito mais, *na escala* [no espaço] e *na velocidade* [no tempo] *do nosso corpo*. Assim, tornam-se mais visíveis rituais, situações e acontecimentos que constituem a malha urbana e a cultura de uma cidade” (grifo nosso; CESAR, 2008, p. 113).

O mapa, construído sob a ótica da precisão 1:1, é a tentativa de superar as abstrações que escapam da fita métrica, é buscar não o controle do território, mas sugestões e indicações de espaços com o potencial de florescerem como espaços de Deriva, por exemplo, fendas nos interstícios do tecido urbano, negligenciadas ou simplesmente não percebidas em outras escalas. O processo de construção de mapas 1:1, enfim, dentro das relações aqui postas, é a “arte de *submergir* em busca de potenciais TAZs” (BEY, 2011, p. 23).

Cada uma das análises escalares (local, regional, nacional, global, simplificadamente) diz respeito à atenção dada as pessoas, e Claval (1999, p. 69) relembra que é “impossível estudar a geografia de uma cidade, de uma região ou de um país sem se interessar pelas pessoas que o povoam”.

As preocupações remetem para índices e as pessoas tornam-se números. É a partir da escala local, e em especial dos “*nanoterritórios*, que é a escala das casas e oficinas, das ruas e das praças” (grifo nosso; SOUZA, 2011, p. 160), que se possibilita evidenciar a ligação direta entre os que povoam a cidade e seus interesses mais particulares. É nessa proximidade que podemos voltar nossa atenção às distintas leituras da paisagem urbana/apropriações do espaço urbano e os comportamentos resultantes disso. “O olhar não é um instrumento neutro. O que nós vemos nos agrada, nos incomoda ou nos faz medo. O olhar participa da

experiência emotiva e, por vezes, estética, que temos dos lugares” (CLAVAL, 1999, p. 71). Atentar-se a isso é superar a cidade como questão funcional, uma disposição de estruturas, para analisá-la como um organismo vivo, que contém, portanto, diversos significados e significações a serem observados, interpretados, representados.

Em uma época em que a escola francesa de geografia se preocupava principalmente com as regiões e os gêneros de vida, Reclus (2009) mostra-se à frente de seu tempo em relação aos estudos das aglomerações urbanas. Percebe e reflete sobre o que a cidade tem a dizer, dando importância a escalas mais próximas à percepção de locais belos e feios, sujos e limpos, enfim, topofílicos e topofóbicos¹⁸, ainda que não use os termos. São esses, certamente, elementos agregadores à reflexão da Teoria da Deriva que se vem propondo.

A verdadeira maneira de se estudar uma aglomeração urbana, tendo vivida uma longa existência histórica, é visitá-la em detalhe conformemente aos fenômenos de seu crescimento [...]. Cada cidade tem sua individualidade particular, sua própria vida, sua fisionomia, trágica ou dolente para uma; alegre, espiritual para outras. As gerações que se sucederam deixaram-lhe seu caráter distintivo; ela constitui uma personalidade coletiva cuja impressão sobre o ser isolado é ruim ou boa, hostil ou benevolente. [...] O estudo lógico das cidades, ao mesmo tempo em seu desenvolvimento histórico e no aspecto moral dos seus edifícios públicos e privados, permite julgá-los como se julgaria indivíduos: constatamos qual é a dominante de seu caráter e até que ponto, na complexidade de suas influências, elas foram úteis ou funestas ao progresso das populações que se encontraram em seu raio de atividade (RECLUS, 2009, p. 53).

O que propõe o autor, então, é que se adentre na cidade. Buscar ler a fisionomia da cidade. Entendê-la a partir de suas materialidades e abstrações, não somente como uma ou outra. Conhecê-la de dentro, do seu âmago, em detalhes, ao invés de olhá-la de fora, com uma “visão de sobrevôo” (SOUZA, 2011, p. 148).

8. Realização da vida cotidiana

“Me procurei a vida inteira e não me achei — pelo que fui salvo.” – Manoel de Barros

¹⁸ Topo-filia: do grego, topo-lugar e filia-amor
Topo-fobia: do grego, topo-lugar e fobia-medo.

Ao se falar em cotidiano o conceito de *lugar* se apresenta de maneira importante para essa discussão. Seguramente se poderia realizar uma ampla reflexão sob seu significado, partindo-se da diversidade de métodos possíveis para abordá-lo. Não sendo esse o intuito aqui, trabalhar-se-á com ele em função dos autores previamente citados, na tentativa de manter uma coerente reflexão teórico-metodológica.

Retomando Carlos (2011), mais uma vez, o lugar revela-se conectado com a reprodução do espaço, que é um produto histórico e também realidade presente e imediata. Esta realidade, tal qual destaca a autora, realiza-se no cotidiano, em um determinado lugar e momento, o que possibilita evidenciar “a dimensão do lugar como *espaço-tempo da prática sócio-espacial*” (p. 68), ao mesmo tempo em que as práticas sócio-espaciais ganham sentido como “produtora de lugares” (p.64). Dita prática, é certo, materializa-se através do uso do espaço pelo corpo (e seus sentidos), englobando, portanto, o ato de caminhar.

A produção dos lugares, seguindo o raciocínio, seria o surgimento e fortalecimento das relações de pertencimento, entre o sujeito e seu entorno. Não sendo o pertencimento uma significação em si, ou seja, não tendo uma essência, ele é “conseqüência” dos *tipos* de relação com determinado espaço. Relações afáveis de pertencimento produzem o espaço enquanto uma topofilia, ao modo que relações de aversão produzem uma topofobia. Todavia, as relações de pertencimento não se resumem em relações de sentimentos e sensações, podendo se expressar através de posturas políticas, em conflitos sócio-espaciais das mais diversas naturezas, nas mais diversas escalas.

Sendo o meio infinitamente complexo, em conseqüência o homem é solicitado por milhares de forças diversas, que se movem em todos os sentidos, unindo-se umas às outras, algumas diretamente, outras segundo ângulos mais ou menos oblíquos, ou opondo-se umas à ação das outras (RECLUS, 1985, p. 56).

Reivindicar as ruas e suas calçadas como espaços de realização da vida cotidiana, ou seja, como espaços de práticas sócio-espaciais que permitam a reprodução social para além dos limites do lazer (que nada mais é do que o tempo ocioso entre uma jornada de trabalho e a seguinte) e do deslocamento para algum compromisso, manifestam uma relação conflituosa de pertencimento com um lugar que não envolve, somente, a necessidade de “um urbanismo feito para dar prazer”

(CONSTANT, 2003 [1959], p. 114). Envolve, também, uma significação do espaço a partir de uma tensão de distintos usos e acessos. Revela uma relação de pertencimento enquanto possibilidade, enquanto construção de um devir.

9. Entradas de campo

“Don’t know where I’m going, and I’m not sure where I have been.” - John Denver

Por ser um trabalho de cunho bastante teórico, em seu sentido mais amplo, de realizar o resgate de um movimento, de sua história e de suas abordagens conceituais, desenvolver conjuntamente uma metodologia que pudesse dar conta da dinâmica das entradas de campo seria um esforço incabível aqui. Frente a tal dilema, de abarcar o teórico e suprimir a prática (no sentido de deixá-la somente como reflexão), optou-se por trabalhar a partir de duas experiências: uma própria dos situacionistas, relatada em um artigo da sua revista, intitulado “Esboço de descrição psicogeográfica dos Les Halles de Paris”, de Abdelhafid Khatib (2003 [1958]); a outra uma experiência pessoal na atividade de “derivAção no território do Centro”, ligada à programação da 8ª Bienal do Mercosul – Ensaio de Geopoética, em Porto Alegre/RS. Cabe destacar que cada uma das experiências atende a uma acepção situacionista de Deriva, a primeira, claramente pelo título, enquanto um estudo psicogeográfico, a segunda enquanto um tipo de comportamento.

9.1. Esboço psicogeográfico

Logo no início do artigo é feita uma caracterização breve dos próprios situacionistas e de seus conceitos. Devido aos capítulos anteriores não será feito o mesmo nesse momento. O foco do artigo, então, foi através de sucessivas Derivas, refletir e entender sobre a psicogeografia do bairro Les Halles¹⁹, em Paris.

¹⁹ Les Halles foi o mercado central tradicional de Paris, que concentrava o abastecimento de víveres por atacado, concentrando uma grande efervescência comercial e turística. Nos anos 1960 (após a escrita desse artigo, portanto) o mercado foi transferido e os pavilhões demolidos, construindo-se em seu lugar um grande centro comercial, denominado Forum des Halles (Nota do Tradutor, em JACQUES, 2002, p. 79).

Primeiramente, o autor começa com os limites do bairro como ele o concebe, trabalhando com as caracterizações a partir das ambiências. Dessa proposta já surge, inicialmente, uma afirmação interessante: “Sob o ponto de vista da unidade de ambiência, o bairro pouco difere de seus limites oficiais [...] (KHATIB, 2003 [1958], p. 80).” Assim, há uma diferença entre o que é delimitado em um mapa institucional/administrativo, como sendo o bairro Les Halles, e o que move as inquietações do autor, como sendo a unidade de ambiência do Les Halles. Servindo a afirmação, nesse sentido, como uma ressalva a multiplicidade possível de se realizar as análises urbanas, ao mesmo tempo encaminhando a forma situacionista de empreendê-las.

Do limite estabelecido por ele, então, decorrem quatro zonas de ambiências (contidas dentro da unidade maior e, portanto, comunicando-se entre si), distribuídas a partir das vias que atravessam o Les Halles de ponta a ponta, em sentido leste-oeste, e norte-sul. Independente dessa divisão, o autor reconhece que todas as quatro zonas acabam interferindo no mesmo local (denominada zona de interferência central), o complexo da Praça dos Deux-Écus/Bourse du Commerce, sendo esses, respectivamente, a praça onde se localiza o mercado central, e a Bolsa do Comércio.

Separadamente, as zonas são abordadas a partir das identificações de usos, de sentimentos, de fixos e de fluxos. Na primeira zona são ressaltadas a prostituição e a infinidade de bares, que nos fins de semana atraem um contingente masculino vasto de outros bairros. “O aspecto geral dessa zona é deprimente” (KHATIB, 2003 [1958], p. 81). Na segunda zona, um contato diurno efervescente através do comércio, e uma noite animada e alegre, com bares e restaurantes freqüentados pelos moradores do próprio bairro. A terceira zona é calma, em ambos os turnos. “Tudo denota ordem, e *a atividade vai diminuindo, assim como a ambiência*, de leste a oeste [...] (grifo nosso; KHATIB, 2003 [1958], p. 82). A diminuição da ambiência significa dizer que as significações peculiaridades que dão a unidade ao Les Halles vão enfraquecendo. A calma dessa zona, e seu aspecto residencial corriqueiro, em comparação com a movimentação (em amplo sentido) e os usos das outras zonas, lhe dão um “aspecto estranho e indefinido” (KHATIB, 2003 [1958], p. 82). A quarta zona é a mais extensa, compreendendo uma região residencial, restaurantes famosos, atrações turísticas, intenso comércio de alimentos e edificações administrativas. “Tais elementos provocam uma considerável

diferenciação entre as ambiências diurna e noturna. Por último, a zona de interferência central, “a *plaque tournante*²⁰ das diversas direções de ambiências do Les Halles” (KHATIB, 2003 [1958], p. 83). Uma zona de quadras largas e áreas verdes em espaços abertos, com uma edificação circular em um dos extremos, a Bolsa do Comércio. “As diversas direções que se cruzam nessa *plaque tournante* afetam muito o itinerário que um indivíduo ou grupo deseja efetuar, com aparente espontaneidade, dentro ou fora do Les Halles” (KHATIB, 2003 [1958], p. 83). A seguir está uma “vetorização” à caneta, feita pelo situacionista, sob um mapa original da área, tendo no meio da imagem a zona de interferência central.



Figura 1: Mapa de fluxos internos e comunicações externas do Les Halles.
Fonte: KHATIB, 2003 [1958].

Partindo da reflexão acerca dos efeitos de uma *plaque tournante*, o autor fecha o texto com uma breve ironia, comentando que deveriam ser construídos labirintos com objetos mais apropriados do que os atualmente existentes, os engradados de frutas e legumes dos feirantes e o congestionamento dos caminhões. Infelizmente, suas proposições finais, de expandir os lazeres para suscitar “iniciativas mais ousadas” (KHATIB, 2003 [1958], p. 84), transformando, por exemplo, o mercado de Les Halles em “um parque de diversões para a educação

²⁰ Expressão francesa que designa o mecanismo que permite desviar a rota de um trem pela mudança de direção dos trilhos (Nota do Tradutor, em JACQUES, 2003, p. 79).

lúdica” (KHATIBA, 2003 [1958], p. 84) nunca se concretizarão. O mercado foi demolido pouco tempo depois.

Apesar de bem escrito, ilustrativo nas suas descrições e abordar pontos interessantes, possíveis de indicações futuras para os próximos estudos psicogeográficos, Khatib (2003 [1958]) não consegue encontrar efetivamente as fontes das ambiências locais, quais são seus elementos geradores, muito menos produz uma “extensão estatística de seus métodos de observação” (DEBORD, 2003 [1957], p. 55), como destacado quando foi apresentado o conceito de Psicogeografia.

Não se pode esquecer, ao mesmo tempo, como indicado na própria publicação da IS, de que o estudo ficou inacabado, especialmente no que diz respeito as caracterizações das ambiências e, por conseqüência, seus elementos geradores. Muito mais atento às ambiências noturnas de Les Halles (devido às movimentações do mercado central com a chegada dos feirantes e dos caminhões, a vida boêmia em diversas partes do bairro, etc.), o autor foi obrigado a abandonar suas atividades, em função de um decreto proibindo norte-africanos nas ruas a partir das 21h30min. “Por isso, tanto o presente quanto o futuro político não podem ser abstraídos das considerações a respeito da própria psicogeografia” ²¹ (KHATIB, 2003 [1958], p. 84).

9.2. derivAção

A experiência denominada “derivAção no território do Centro” foi uma oficina proposta pelo Grupo de Pesquisa Identidade e Território – GPIT²², da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, tendo sido realizada como parte integrante da programação da 8ª Bienal do Mercosul – Ensaios de Geopoética, ocorrida na cidade Porto Alegre/RS, durante os dias 10/9 e 15/11 de 2011²³.

Tal oficina foi proposta em três momentos diferentes, começando pela reunião do Grupo com os participantes, às 14h30min, na Casa M, espaço cultural localizado na Rua Fernando Machado, 513, no bairro Centro da Capital.

²¹ Nota de observação da IS ao final da publicação do artigo.

²² <http://gpitufrgs.wordpress.com/>

²³ <http://www.bienalmercosul.art.br/>

No momento 1, “a idéia”, pretendeu-se apresentar o GPIT e alguns conceitos, como território, territorialização e identidade, próprios à titulação do Grupo. Houve, também, a explanação sobre o que seria feito e como seria feito. A proposta apresentada foi a de uma caminhada através de um percurso em comum a todos os participantes e, a partir de um ponto específico, seguiam-se as ramificações desejadas individual e/ou coletivamente. Além disso, foi feita uma partilha sobre as ferramentas possíveis (o corpo, uma máquina fotográfica, a imaginação, um desenho) para a experiência da derivAção (a letra maiúscula é mantida aqui por ter sido grafada assim para nomear a oficina). O objetivo genérico da caminhada foi o de explorar outros centros no/do Centro.

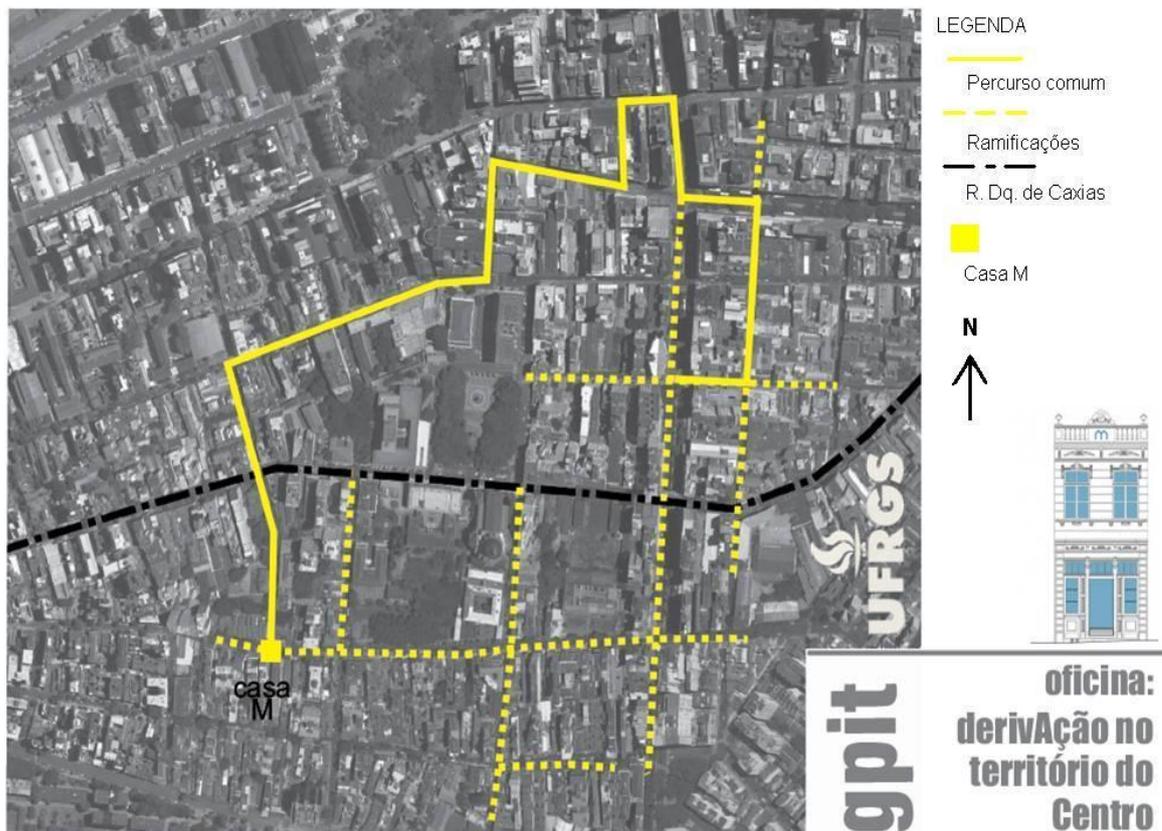


Figura 2: derivAção: percurso comum e suas ramificações.
Fonte: adaptado de GPIT, 2011.

Quanto aos quatro elementos da legendas, então. As linhas amarelas representam os percursos: em linha contínua o percurso comum, em tracejado as ramificações. A linha preta marca a Rua Duque de Caxias, que acompanha a crista de uma colina que serve como “divisor de águas” da área, a vertente sul uma área

de caráter mais residencial e a vertente norte de caráter comercial (edificações administrativas, sem entrar no mérito de suas hierarquias, são presentes em ambas vertentes) o que influi durante o percurso em diferentes edificações, diferentes sons, diferentes densidades de pessoas, diferentes usos. Por último, a Casa M, local de partida e de retorno da derivação, o que foi determinando para que todos explorassem ambas vertentes, ainda que no percurso comum uma mais brevemente que a outra, como evidencia o mapa acima.

O momento 2, “a deriva”, ocorreu de forma conjunta, dentro do possível. As diferentes velocidades e as diferentes formas de interagir com o espaço da caminhada, por muitas vezes, dividiam os “vivenciadores”, para usar um termo de Debord (1957, p 56). Isso, todavia, não se tornou um problema, visto o *sentimento de coletivização da experiência*, as aberturas em dialogar, em partilhar os momentos, em saber esperar e em saber avançar.

O momento 3, “a releitura”, foi uma construção conjunta de interpretações a partir das capturas feitas durante o momento anterior, em forma de relatos, exposição das fotos, vídeos, desenhos, enfim, o que cada um tivesse trazido consigo, material e abstratamente. Cada sujeito partilhou especificidades muito grandes, pois buscaram pontos muito distintos, das mais diversas maneiras. Afloraram as peculiaridades, no falar e no fazer. Pessoalmente, tentei evidenciar (a) a relação entre o limite administrativo do bairro e a diferença de onde o Centro começa e termina no imaginário de centralidade de quem circula através dele, (b) os centros relativos que comporta uma centralidade maior (por sua vez também relativa) e (c) a permeabilidade dos limites de cada centro possível.

Ao final, foi atingido o objetivo de buscar novas formas de comportamento, tendo sido destacado entre os participantes a relevância das diversidades da/na experiência. Os olhares de diversos sujeitos sobre diversas situações, resultando em diversas grafias, levam a um enriquecimento muito intenso, individual e coletivamente, na forma de explorar, perceber e representar a cidade.

PARA NÃO CONCLUIR

*“Rejoice, rejoice, we have no choice but to carry on.
The fortunes of fables are able to sing the song
Now witness the quickness with which we get along
To sing the blues you've got to live the tunes and carry on”.*
– Crosby, Still, Nash & Young

Com a afirmação negativa no título desse capítulo final não se tem a intenção de se abster de algumas, de fato, conclusões. Todavia, conclusões como consequência de esforços reflexivos sem a intenção de encerrar a discussão. Concluir os aspectos abordados ao longo desse trabalho, muito mais do que conjecturar respostas e afirmações, acabou por formular indagações, possibilitou enxergar possíveis caminhos a serem seguidos daqui em diante. E, como destaca Corrêa (2011, p. 43), “se há muitas questões sem respostas, isso se transforma em convite para pesquisa”. Como principal ponto de fechamento do que aqui consta fica, então, a ânsia renovada de seguir aprofundando questões deixadas em aberto pelos próprios situacionistas, assim como as questões que surgiram das reflexões e junções teóricas estabelecidas na própria pesquisa.

Uma breve retomada do que foi desenvolvido merece ser feita para, enfim, chegar à finalização do presente trabalho. O ponto de partida, uma inquietação, pré-suposto de qualquer pesquisa: a crise das cidades, em seu amplo sentido.

Disso ao envolvimento com as referências bibliográficas. Da crise das cidades à crítica situacionista. A partir de leituras prévias e tentativas experimentais de Derivas, em momentos precedentes ao da elaboração do TCC, decidiu-se por fazer um resgate do movimento Internacional Situacionista, focando um de seus pontos específicos, a Teoria da Deriva. Focar nesse ponto, ao mesmo tempo, implicou contextualizá-lo, necessitando que se abordasse o movimento situacionista de maneira abrangente, já que pela discussão do que é a própria Deriva e seus propósitos perpassa o entendimento e a crítica da sociedade espetacular e do urbanismo unitário.

O aprofundamento do ato de caminhar, preterindo outras formas de locomoção, não parte, propriamente, da IS. Debord (2003b [1958], p. 89), inclusive, mesmo que brevemente, aborda a utilidade de se tomar um táxi, por exemplo, e

atravessar a cidade, resultando em uma quebra na orientação até então, possibilitando originar um novo “marco-zero” para a continuação da Deriva.

Tal preterimento deve ser entendido, portanto, à luz das junções teóricas que foram pretendidas. Thoreau (2007; 2009) certamente é o ponto conector entre os situacionistas e o caminhar, por duas razões. A primeira é a de que ele foi uma influência teórica para diversos deles, estando presente nas discussões do movimento e, em particular, em Vaneigem (2002a). A segunda é de que se teve ele como princípio das reflexões sobre a importância do caminhar, das possibilidades peculiares de exploração através desse ato. Foram suas proposições que impulsionaram a decisão de se realizar esse enfoque especificamente.

No que toca ao nomeador das Zonas Autônomas Temporárias, Hakim Bey (2011), as influências de Thoreau e da IS, como destacado no subcapítulo que o compete, são amplas e estão imbuídas em suas reflexões de maneira geral. Tendo-se a leitura de ambos, associar o exercício da Teoria da Deriva como uma TAZ é uma questão que decorre quase que naturalmente.

Às conclusões reflexivas, enfim.

Com o fechamento dos mapas²⁴ resta explorar não espaços a serem dominados, mas espaços a serem (re)apropriados. Nesse sentido, não cabe buscar descobrir um novo espaço em si, mas novos processos de descobrimento e novas formas de ocupar os mesmos. Assim, a exploração 1:1, a busca dos interstícios (materiais e abstratos) da cidade, à Deriva, revela-se de forma clara na congregação dessa amplitude de questões.

Em relação a isso, a prática da Deriva como uma proposição de buscar novas formas de comportamento no cotidiano urbano mostrou-se muito mais palpável de se praticar em um futuro imediato, enquanto a Deriva como meio de estudo psicogeográfico ainda carece de um desenvolvimento metodológico mais intenso e aprofundado.

As abordagens situacionistas, infelizmente, não possuem muitos exemplos concretos (além de ser uma bibliografia de difícil acesso), o que também não deve ser encarado como um demérito, se entendidos de forma contextualizada, no sentido dos porquês de serem poucos, da qualidade de cada um e da produção teórica contundente e perdurável do movimento. Além disso, é plausível considerar

²⁴ “O último pedaço da Terra não reivindicado por uma nação-Estado foi devorado em 1899. Nosso século é o primeiro sem *terra incógnita* [...]” (BEY, 2011, p. 21).

que não se pode buscar o fechamento das questões por eles mesmos, vista a posição assumida pelos situacionistas: se cabe aos cidadãos o esforço de participar coletivamente da construção da cidade, cabe ao leitor fazer o esforço de tentar produzir muitas das respostas por conta própria. A relação do leitor com esses autores e suas experiências deve ser a de um diálogo, que é o antônimo do espetáculo (DEBORD, 1997).

Retome-se o estudo feito no bairro de Les Halles. Os fatores de composição de uma ambiência, por exemplo, para que se possa pensar nos conjuntos arquitetônicos, é uma questão em aberto no artigo publicado na revista *Internationale Situationiste*. Esses apontamentos certamente se aplicam ao caso de desenvolvimento metodológico por ser feito, como inclusive já destacado, ao mesmo tempo em que não se pode permanecer somente na crítica das ausências. Tomando-se a razão que definiu o fim de tal estudo ter-se-á, exatamente, o que fica presente para reflexão. A imposição ao fim da experiência, por uma lei de cunho racista, ressaltando a indissociabilidade das relações políticas como o “simples” caminhar pela cidade, permitem já um amplo leque para se pensar acerca do assunto. “O mundo em que vivemos parece, sobretudo sob o aspecto material, cada dia mais estreito. Chega a nos abafar. [...] Em suma, esse mundo comanda nosso modo de ser e, por isso, nos esmaga” (KHATIB, 1958, p. 79). As quão restritas são as possibilidades de vivência em um ambiente estreitamente controlado, vigiado e ordenado. O quão sujeitado estão os sujeitos habitantes das cidades. Os quão poucos espaços livres restam no cotidiano do modo de vida urbano contemporâneo, ausentes de significados pré-estabelecidos, de usos pré-determinados, livres para a criação e expressão da mente e do corpo.

Em alguns aspectos, a experiência na “derivAção no território do Centro” perpassa por essas ponderações. O centro de Porto Alegre/RS possui alta densidade populacional de dia, envolvida com lojas, escritórios, restaurantes, setor terciário genericamente, além de concentrar as principais edificações administrativas da cidade. Todos esses aspectos contribuem para que haja um considerável número de policiais e seguranças privados, portarias para identificação e câmeras de vigilância, todos controlando a ordem do espaço. O conflito entre pedestres, bicicletas, motos, carros e os ônibus na circulação cotidiana em todos os sentidos, cada um sujeitando o outro, cada espaço para um corpo e cada corpo para um espaço. Congestionamento de pessoas nas calçadas, de veículos no asfalto.

Submergir em uma Deriva através de um terreno como esse, buscando um comportamento que extrapole essas limitações, trocas pessoais que substituam os acotovelamentos apressados, enxergar para além dos sinais de trânsito e dos anúncios de publicidade, desvendá-lo por trajetos inesperados, espontâneos, priorizando o desejo de percorrer ao invés do desejo de chegar. Se todas essas características ainda não são uma forma de mudar o arranjo espacial da cidade, e ainda se ressintam enquanto um estudo melhor estruturado metodologicamente, pelo menos já são uma nova forma de enxergá-lo e pensá-lo.

Passos incipientes de uma interminável caminhada.

REFERÊNCIAS

ANDREWS, Steven Pearl. O jantar. In. **Zona autônoma temporária**. São Paulo: Conrad Editora do Brasil, 2011, p. 87-88.

BADERNA, Marietta. Apresentação. In. **Situacionistas: teoria e prática da revolução**. São Paulo: Conrad Editora do Brasil, 2002, p. 9-24.

BEY, Hakim. **Zona autônoma temporária**. São Paulo: Conrad Editora do Brasil, 2011.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **O Espaço Urbano: Novos Escritos sobre a Cidade**. São Paulo: FFLCH, 2007.

_____. Da “organização” à “produção” do espaço no movimento do pensamento geográfico. In. CARLOS, A. F. A.; SOUZA, M. L.; SPOSITO, M. E. B. (Org.). **A Produção do espaço urbano: agentes e processos, escalas e desafios**. São Paulo: Contexto, 2011, p.53-74.

CASTRO, Iná Elias de. O problema da escala. In. CASTRO, I. E.; GOMES, P. C. C.; CORRÊA, R. L. (Org.). **Geografia: Conceitos e Temas**. Rio de Janeiro, Ed. Bertrand Brasil, 2008.

CESAR, Vitor. Urbanismo 1:1. In. KUNSCH, G. (Org.) **Urbânia 3**. São Paulo: Editora Pressa, 2008, p. 112-114.

CLARK, David. **Introdução à Geografia Urbana**. Rio de Janeiro. Ed. Bertrand Brasil, 1991.

CLAVAL, Paul. A Geografia Cultural: o estado da arte. In. ROSENDAHL, Z.; CORRÊA, R. L. (Org.). **Manifestações da cultura no espaço**. Rio de Janeiro, EdUERJ, 1999, p. 59-97.

CONSTANT. Outra cidade para outra vida. In. JACQUES, P. B. (Org.) **Apologia da Deriva**. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2003, p. 114-117. [Publicado originalmente em *Internationale Situationniste*, nº 3, 1959.]

CORRÊA, Roberto Lobato. Sobre agentes sociais, escala e produção do espaço: um texto para discussão. In. CARLOS, A. F. A.; SOUZA, M. L.; SPOSITO, M. E. B. (Org.). **A Produção do espaço urbano: agentes e processos, escalas e desafios**. São Paulo: Contexto, 2011, p. 41-52.

DAMIANI, Amélia Luisa. As contradições do espaço: da lógica (formal) à (lógica) dialética, a propósito do espaço. In. DAMIANI, A. L.; CARLOS, A. F. A.; SEABRA, O. C. L. (Org.) **O espaço no fim de século: a nova raridade**. São Paulo: Contexto, 2001a, p. 48-61.

_____. A crise da cidade: os termos da urbanização. In. DAMIANI, A. L.; CARLOS, A. F. A.; SEABRA, O. C. L. (Org.) **O espaço no fim de século: a nova raridade**. São Paulo, Contexto, 2001b, p. 118-131.

DEBORD, Guy-Ernest. **A sociedade do espetáculo**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

_____. Relatório sobre a construção de situações e sobre as condições de organização e de ação da tendência situacionista internacional. In. JACQUES, P. B. (Org.) **Apologia da Deriva: escritos situacionistas sobre a cidade**. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2003a, p. 43-59. [Apresentado originalmente na fundação da Internacional Situacionista, 1957.]

_____. Teoria da Deriva. In. JACQUES, P. B. (Org.) **Apologia da Deriva: escritos situacionistas sobre a cidade**. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2003b, p. 87-91. [Publicado originalmente em *Internationale Situationniste*, nº 2, 1958.]

GUTIÉRREZ, Andrea. **Movilidad o inmovilidad: ¿Que es la movilidad?. Aprendiendo a delimitar los deseos**. 2009. Disponível em <<<http://www.filo.uba.ar/contenidos/investigacion/institutos/geo/ptt/GutierrezClatpu09b.pdf>>>. Acesso em Outubro de 2010.

HOME, Stewart. **Assalto à cultura: utopia subversão guerrilha na (anti) arte do século XX**. São Paulo: Conrad Editora do Brasil, 2004.

Internacional Situacionista (IS). Contribuição para uma definição situacionista de jogo. In. JACQUES, P. B. (Org.) **Apologia da Deriva: escritos situacionistas sobre a cidade**. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2003a, p. 60-61. [Publicado originalmente em *Internationale Situationniste*, nº 1, 1958.]

_____. Definições. In. JACQUES, P. B. (Org.) **Apologia da Deriva: escritos situacionistas sobre a cidade**. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2003b, p. 65-66. [Publicado originalmente em *Internationale Situationniste*, nº 1, 1958.]

_____. Questões preliminares à construção de uma situação. In. JACQUES, P. B. (Org.) **Apologia da Deriva: escritos situacionistas sobre a cidade**. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2003c, p. 62-64. [Publicado originalmente em *Internationale Situationniste*, nº 1, 1958.]

IVAIN, Gilles. Formulário para um novo urbanismo. In. JACQUES, P. B. (Org.) **Apologia da Deriva: escritos situacionistas sobre a cidade**. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2003, p. 67-71. [Publicado originalmente em *Internationale Situationniste*, nº 1, 1958.]

JACOBS, Jane. **Morte e vida de grandes cidades**. São Paulo: Ed. WMF Martins Fontes, 2009.

JACQUES, Paola Berenstein. Apresentação. In. JACQUES, P. B. (Org.) **Apologia da Deriva: escritos situacionistas sobre a cidade**. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2003, p. 13-30.

KHATIB, Abdelhafid. Esboço de descrição psicogeográfica do Les Halles de Paris. In. JACQUES, P. B. (Org.) **Apologia da Deriva: escritos situacionistas sobre a cidade**. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2003, p. 79-84. [Publicado originalmente em *Internationale Situationniste*, nº 2, 1958.]

LACOSTE, Yves. **A geografia – Isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra**. Campinas, SP: Papirus 1988.

LYNCH, Kevin. **A imagem da cidade**. Lisboa: Edições 70, 1960.

MORIN, Edgar. **Introdução ao pensamento complexo**. Porto Alegre: Sulina, 2011.

RECLUS, Éliseé. A complexidade da produção do espaço geográfico. In. ANDRADE, M. C. A. (Org.). **Éliseé Reclus**. São Paulo: Ed. Ática, 1985, p. 56-60.

_____. Repartição dos homens. In. COÊLHO, P. A. (Org.). **Renovação de uma cidade; Repartição dos Homens**. São Paulo, Ed. Imaginário, 2009, p. 31-80.

REGO, Nelson. Apresentando um pouco do que sejam ambiências e suas relações com a geografia e a educação. In. REGO, N; SUERTEGARAY, D. M. A; HEIDRICH, A. L. (Org.). **Geografia e educação: geração de ambiências**. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2000, p. 7-10.

SOUZA, Marcelo Lopes de. A cidade, a palavra e o poder: práticas, imaginários e discursos heterônomos e autônomos na produção do espaço urbano. In. CARLOS, A. F. A; SOUZA, M. L; SPOSITO, M. E. B. (Org.). **A Produção do espaço urbano: agentes e processos, escalas e desafios**. São Paulo: Contexto, 2011, p. 147-166.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. Urbanização da sociedade: reflexões para um debate sobre as novas formas espaciais. In. DAMIANI, A. L.; CARLOS, A. F. A.; SEABRA, O. C. L. (Org.) **O espaço no fim de século: a nova raridade**. São Paulo, Contexto, 2001, p. 83-99.

THOREAU, Henry David. **Walden ou A vida nos bosques**. São Paulo: Ground, 2007.

_____. **Desobediencia civil y otros textos**. La Plata: Terramar, 2009.

VANEIGEM, Raoul. **A arte de viver para as novas gerações**. São Paulo: Conrad Editora do Brasil, 2002a.

_____. Banalidades Básicas. In. **Situacionistas: teoria e prática da revolução**. São Paulo: Conrad Editora do Brasil, 2002b, p. 73-115. [Publicado originalmente em *Internationale Situationniste*, nº 7 e 8, 1962-63.]

APÊNDICE

Narrativa de uma vivência derivante

A narrativa que segue diz respeito à vivência abordada no subcapítulo "derivAção", do presente trabalho, detendo o caráter de relatar a ocasião propriamente dita, mais do que encaixá-la com a discussão daquele contexto, o de pensar a Deriva como uma entrada de campo. Cabe a ressalva, também, de que seria um esforço descabido não condicionar o escrito aqui com o fato de que não se tem o intuito de apresentar uma orientação geográfica precisa do bairro, nem do percurso, nem das próprias edificações comentadas. Pelo contrário, espera-se que haja uma desorientação. Que seja desnecessário montar essa maquete mental. Sinceramente, espera-se que prevaleça a tentativa de ler a narrativa como uma experimentação sensorial e reflexiva sobre o fazer cotidiano dos sujeitos urbanos.

Percurso comum:

Casa M, Escadaria, Rua Gen. João Manoel, Rua Riachuelo, Rua Gen. Câmara, Rua dos Andradas, Galeria "24h", Rua Sete de Setembro, Rua Borges de Medeiros, Rua dos Andradas, Rua Mal. Floriano Peixoto, Av. Sen. Salgado Filho.

Dia ensolarado, de temperatura amena, causa da primavera que já havia nos alcançado. Convidativo para uma caminhada. Percorri considerável parte do trajeto até a Casa M, sede da atividade, a pé. Como um "aquecimento" antes de um exercício corporal. É certo que a pausa para o primeiro momento da atividade, a explanação por parte dos proponentes sobre o que se pretendia, teve efeito de quebra nessa continuidade.

Saímos da casa e subimos, exatamente em frente, a Escadaria da Rua Gen. João Manoel, que compunha, naquele momento, parte da 8ª Bienal como um dos pontos do projeto "Cidade não vista" (lugares peculiares do Centro de Porto Alegre que, na rotina do dia-a-dia, passam despercebidos²⁵). Nesse momento, tal qual um marco temporal, teve início a imersão na atividade em seu percurso comum a todos. A própria escadaria já propiciou a relação direta do corpo com o ambiente que ocupa. A topografia revelando-se em sua magnitude à escala humana. Os preparos físicos individuais cobrando sua condição. Força muscular e resistência pulmonar, o sedentarismo posto à prova. Essa escadaria, para quem sobe, desemboca na Rua João Manoel propriamente dita. O canto dos pássaros,

²⁵ <http://bienalmercosul.siteprofissional.com/componentes/10>

impulsionados pelo florescimento das árvores, em especial os ipês (amarelos e roxos), imbuíram-me uma calma extraordinária e relaxante depois da, relativamente, desgastante subida. Infelizmente é apenas um pequeno trecho dessa rua que se caracteriza dessa maneira. Logo ao chegar à Rua Duque de Caxias (a crista do morro demarcada pelas linhas e pontos pretos, na imagem previamente apresentada) o trânsito de carros e o fluxo de pessoas já se intensifica, e ainda que seguindo pela Rua João Manoel, os sons que chegam e as imagens que interpelam, mudaram, necessariamente, meu estado de espírito. A frequência sonora externa afeta diretamente a frequência do batimento cardíaco, portanto, a velocidade da circulação sanguínea. Efeito similar causa a poluição imagética, afetando a velocidade das conexões sinápticas e a quantidade de informações transmitidas. O corpo acelera-se, agita-se, quase que involuntariamente. É preciso realizar um esforço de relaxamento. A respiração, não apenas como componente da resistência física, mas como controle de nossa inquietude. A agitação da metrópole é, por antítese, um chamado à prática meditativa cotidiana.

Na Riachuelo foi a primeira vez que dobramos em nosso percurso. Ato de ruptura, necessariamente, ao girar em relação ao que aponta o ponteiro da bússola. Quando percorremos as primeiras quadras dessa “nova” rua, houve um momento em que, não em relação aos sons dos automóveis, mas em relação ao que se enxerga à altura dos olhos, recuperei a sensação do pequeno trecho ao final da escadaria. As árvores, competindo pelo seu espaço entre o concreto e o asfalto, e em uma relação sistêmica com a condição atmosférica primaveral, foram o gatilho para tal. Já não havia resquício dessa sensação ao alcançarmos a esquina da Riachuelo com a General Câmara, onde se encontra a Biblioteca Pública do RS e, alguns metros antes, os fundos do Teatro São Pedro. Nesse cruzamento, pela disposição topográfica das vias, forma-se um ângulo propício à convergência de ventos, tal qual uma brisa de encosta. Pela imponência e aparência de ambos os prédios, este ponto facilmente remete para tempos primevos do nosso alegre porto. E pensar que nessas vias circulavam transportes de tração animal, e que possuíam nomes como Rua do Cotovelo... A forma humana como referência para forma da urbe. O corpo na cidade e da cidade.

Seguindo à esquerda, pela Gen. Câmara, em seu trecho de grande inclinação, onde o ponto de fuga da visão serve como atrativo para acompanhar as solicitações do terreno, como diria a expressão situacionista. Ao final da primeira

quadra tomamos o rumo da Andradas, praticamente com o único intuito de ingressar na comumente conhecida Galeria 24h. Nesse momento ocorreu algo interessante. Pelas diferentes velocidades corporais, sensoriais, reflexivas, intuitivas (pelas diferenças de como cada um dos corpos que estava participando da experiência se locomovia, o que parava para analisar, e como, se com um desenho ou com uma foto, se uma observação precisava ser feita, enfim), resultaram distintas relações espaço-temporais. Tantas variáveis/distinções só surgiram como algo pertinente a ser considerado pela proposta, não de chegar, mas de percorrer. Quando se atenta ao caminho como prioritário, necessariamente, se está mais suscetível ao que nele se faz presente, do que se focar a atenção ao destino final. Assim, a pausa que fizemos antes de adentrar na Galeria teve múltiplos sentidos: descansar, esperar, elucubrar. Aprender a caminhar coletivamente também é aprender a caminhar consigo mesmo.

A última parte do percurso teve efeito bastante diferente dos anteriores. Concentra a vida comercial. Concentra os acotovelamentos apressados, as vontades conflitantes, a pressa de um sobre o outro. Os anúncios, falados e impressos nas portas das lojas, convidam a comprar felicidades e benefícios. Nossas mais diversas necessidades criadas são ofertadas, sem restrições, a prazo ou com desconto. Os terminais de ônibus e lotações propiciam as filas nas calçadas. A densidade de veículos propicia o engarrafamento. A relação entre o querer mover-se e seu impedimento joga com a tensão de nervos à flor da pele.

Finalizei minha vivência retomando seu início. Depois de chegar à esquina da Av. Gen. Salgado Filho (ponto de término do percurso comum) retornei à crista do morro e tomei a direção da Casa M pela Rua Duque de Caxias. Assim, terminei por descer a Escadaria que antes havíamos subido, invertendo minha perspectiva sobre aquele local, o que pude observar e sentir. Enquanto comia algumas bergamotas, ao pé da Escadaria, olhei para trás e reví seus degraus ascendendo, imponentes, ao mesmo tempo em que acabava de percorrê-la, dessa vez, sem esforço. Para baixo todo santo ajuda. O que poderia ser apenas uma questão de ponto de vista é, também, essência e existência do que consta narrado.